A photograph of a man in a light-colored shirt smiling broadly, with a young child kissing him on the cheek. The background is a clear blue sky.

FAMÍLIA, SONHOS E CONQUISTAS.

PARA CUIDAR DA SUA VIDA POR INTEIRO,
DAMOS ATENÇÃO A CADA DETALHE.

Se é importante para você, é prioridade para nós. Estamos sempre ao seu lado, cuidando para que possa seguir com tranquilidade. Desde 1992, fazemos parte da história dos brasileiros e, a cada novo capítulo, estaremos prontos para retribuir essa confiança.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2022

INTRODUÇÃO

A Administração do Grupo MAPFRE submete o Relatório de Administração, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, à apreciação de seus acionistas e sociedade.

Com a evolução da diversificação dos negócios firmados pela MAPFRE ao longo dos últimos 12 meses e a valorização do real no período cerca de 18%, o ano de 2022 foi expressivo para a companhia. No Brasil, foi registrado um crescimento de 45% em emissão de prêmios na comparação com 2021, atingindo € 4,8 bilhões em volume total.

O avanço de 45% na arrecadação de prêmios foi o mais alto entre todas as regiões em que o Grupo MAPFRE opera no mundo, posicionando o país à frente do crescimento que a seguradora obteve na América do Norte (25%), América Latina Sul (23%) e Iberoamérica (0,4%).

Os Seguros Gerais foram os que mais contribuíram para os negócios da companhia no Brasil, com € 2,7 bilhões em prêmios, um aumento de 58% no período de um ano. O segmento de Vida também obteve um bom desempenho em prêmios com € 1,54 bilhão arrecadados (crescimento de 30%), seguido pelos seguros de Automóvel, com € 623 milhões (35,1%).

No âmbito global, a companhia atingiu € 24,5 bilhões de euros em prêmios, o que representa um aumento de quase 11% na comparação com 2021. O resultado reflete uma melhora geral do negócio de seguros em praticamente todas as regiões, com aumentos significativos na América Latina e América do Norte, bem como nos negócios de resseguro e grandes riscos, além da valorização de quase todas as moedas em relação ao euro.



HÁ 31 ANOS NO BRASIL

No Brasil desde 1992, a MAPFRE atua nos mercados de seguro, investimentos, consórcios, capitalização, previdência e assistência a residências e veículos. Com sucursais em todo o país, a companhia conta com cerca de 3 mil colaboradores, 17 mil prestadores e uma rede de parceiros composta por 18 mil corretores.

Em 2022, foram mais de 400 mil solicitações de assistências, sendo os serviços para automóveis e agronegócio os mais acionados pelos segurados. Além disso, durante o ano passado, registramos 3 milhões de atendimentos para nossos mais de 7 milhões de clientes.

SEGUROS

Primeiro grupo do país no Mercado de Riscos (15% de participação); líder em Agronegócios (65%) e Grandes Riscos (10,9%).



No Brasil há **31 anos** (desde 1992)



Mais de **3 mil colaboradores** atuando em todo o Brasil

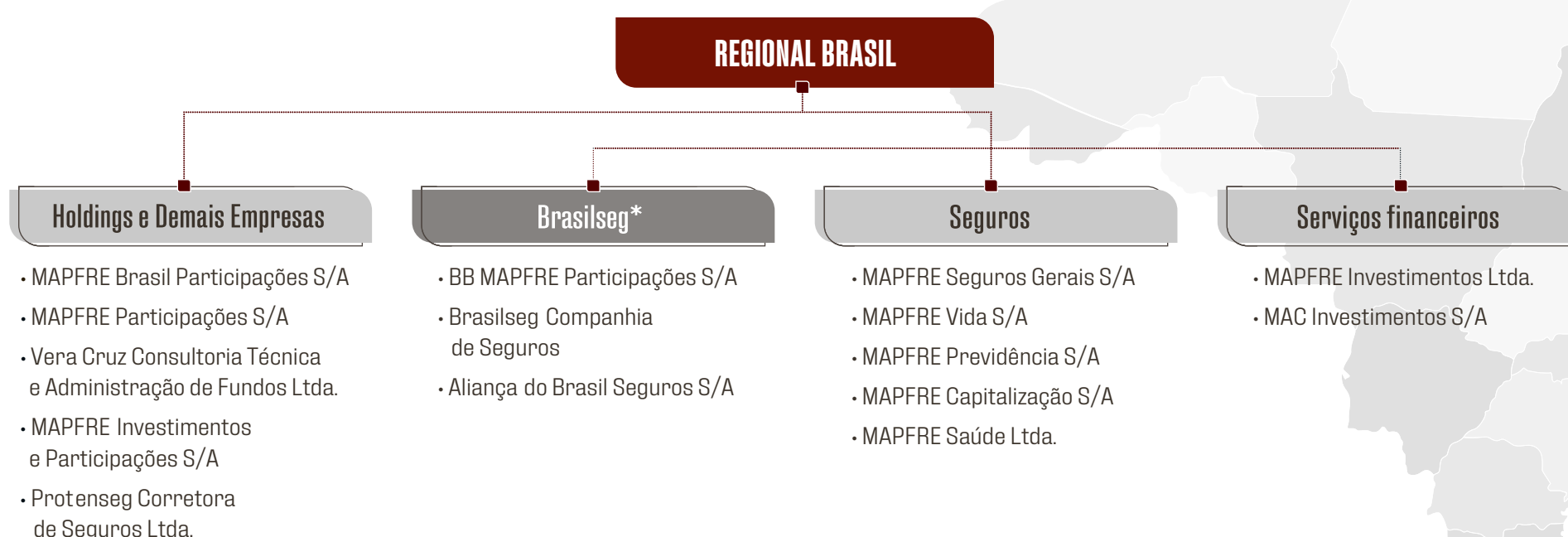


Rede de parceiros com mais de **17 mil prestadores**



Administração de mais de **R\$ 2 bilhões em fundos** sob a gestão da MAPFRE Investimentos

NOSSA ESTRUTURA



*A MAPFRE Brasil Participações S.A., instituição controladora, consolida em sua totalidade, as demonstrações financeiras das companhias controladas diretas e indiretas.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2022

GRUPO MAPFRE RECONHECE O POTENCIAL DE CRESCIMENTO DO BRASIL

“O Brasil é um país estratégico para os negócios do Grupo MAPFRE e um dos mercados com maior potencial de crescimento no setor de seguros. Em 2022, o país se firmou como a segunda região mais relevante para as receitas globais da companhia, com 24% na participação de prêmios, atrás apenas de Portugal e Espanha, que detêm, juntos, 37% da fatia dos negócios globais.

Esses números são um reflexo da evolução dos negócios no segmento de Vida, cujo lucro cresceu consideravelmente, passando de € 2 milhões para € 54 milhões, devido à diminuição da taxa de sinistralidade derivada da Covid-19. Outro ponto que vale ser destacado é o crescimento de 143% do lucro do negócio agrícola frente a 2021, apesar do impacto da seca no norte e no sul do país.

Temos objetivos claros para seguir com precisão e sustentabilidade em nossos ramos de atividade no Brasil. Nossos investimentos em melhoria de processos internos e na experiência do cliente, principalmente, com modelos de tarifação e subscrição adequados à realidade do mercado e incremento da oferta multicanal, contribuíram de forma significativa para os resultados observados em 2022, traçando um horizonte promissor para 2023.”

Fernando Pérez-Serrabona
CEO MAPFRE Brasil



Fundación MAPFRE

Com atuação em todas as regiões do país, a Fundación MAPFRE materializa a contribuição social da companhia para a sociedade brasileira com o desenvolvimento de atividades nas áreas de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguro e Previdência Social, Ação Social e Cultura.

O ano de 2022 foi marcado pela retomada das atividades presenciais, embora as ações online (que se mostraram eficientes durante a pandemia) continuem sendo realizadas com número expressivo de participantes. Ao todo, mais de 9 milhões de pessoas foram beneficiadas, de forma presencial e digital, pelos programas apoiados.

Um dos destaques do ano foram as atividades presenciais do **Na Pista Certa**, programa implementado em 13 cidades do Estado de São Paulo, com a participação de 944 professores e 20.776 alunos. Também demos continuidade ao **Viver com Saúde**, que busca o bem-estar mental e emocional do público infante-juvenil, com a realização de atividades que beneficiaram mais de 2,7 milhões de alunos de forma presencial.

SUSTENTABILIDADE

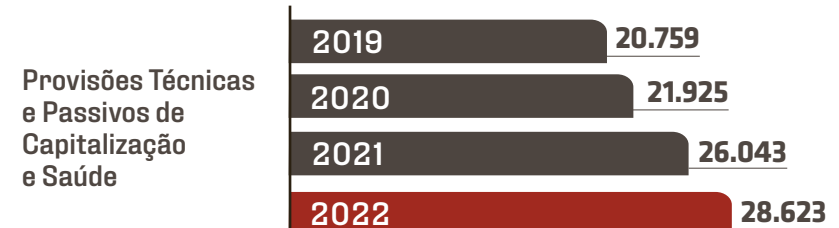
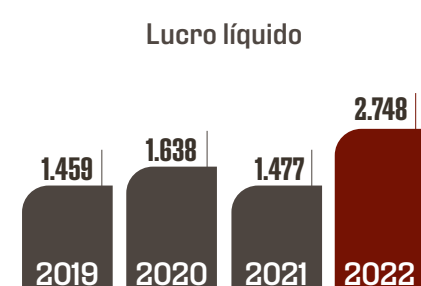
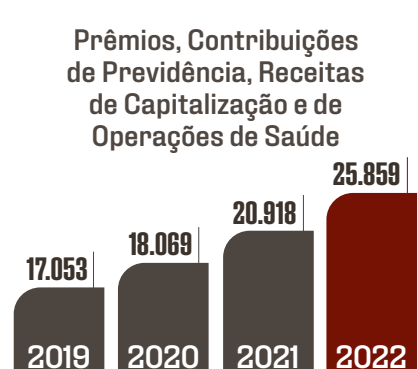
Traçada pela MAPFRE em 2022, a Estratégia Global de Sustentabilidade resultou na criação do Plano de Sustentabilidade 2022-2024, que define o nosso posicionamento estratégico em relação às questões ASG (ambientais, sociais e de governança) e de negócios para os próximos anos.

O Plano contempla os compromissos globais de sustentabilidade assumidos pela empresa, com foco nos grandes desafios enfrentados atualmente pelo mundo: as mudanças climáticas, a necessidade de uma economia mais circular, inclusão, educação financeira e de seguros, o envelhecimento da sociedade, os negócios, as demandas sociais e os desafios de um portfólio de produtos e serviços cada vez mais sustentável, em linha com as oportunidades e ameaças de um cenário socioeconômico e climático em plena transformação.



Em seu primeiro ano de implementação, o Plano registrou índice de 99,6% de cumprimento dos objetivos e metas propostos para o período, reafirmando o compromisso de toda a empresa com a sustentabilidade.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO



Resultados	2019	2020	2021	2022
Índice Sinistralidade	51%	43%	56%	50%
Índice Comercialização	28%	27%	26%	24%
Índice Resseguro	-3%	5%	2%	2%
Índice Impostos Indiretos	3%	3%	3%	3%
Índice Gastos	9%	9%	8%	8%
Índice Outras Receitas e Despesas	3%	3%	2%	2%
Índice Combinado	91%	91%	97%	89%

AGRADECIMENTOS

A Administração do Grupo MAPFRE agradece aos acionistas, parceiros de negócios, fornecedores, segurados, sociedade e à comunidade financeira pelo indispensável apoio e pela confiança, assim como aos nossos profissionais, que tornaram possível a conquista do desempenho aqui apresentado.

São Paulo, 26 de abril de 2023
A Administração

★ continuação

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2022** (Em milhares de Reais)

qualquer outro prêmio recebido e decrescido pelo valor reconhecido como receita de seguro para serviços prestados. Conforme permitido pela IFRS 17, o GRUPO MAPFRE não ajustará o prêmio líquido coberto a remanescente de forma efetiva do direito de distribuição do efeito do risco financeiro, tendo em vista o curto prazo desses contratos. Caso fatos ou circunstâncias suscitem a qualquer momento antes e durante o período de cobertura, indiquem que um grupo de contratos é oneroso, o GRUPO MAPFRE reconhecerá uma perda nos resultados, denominada de componente de perda e aplicável aos grupos de contratos que no reconhecimento inicial apresentem fluxo de saídas superiores ao fluxo de entradas. O GRUPO MAPFRE reconhecerá o passivo para sinistros incorridos de um grupo de contratos pelo valor dos fluxos de caixa realizado relacionados aos sinistros incorridos. Os fluxos de caixa futuro dos sinistros incorridos, serão descontados pela taxa livre de risco. O GRUPO MAPFRE aplicará as mesmas políticas contábeis para calcular um grupo de contratos de resseguro, adaptados, quando necessário, para refletir as características que diferem daquelas dos contratos de seguro. **vii) Modelos de Mensuração - BBA:** No reconhecimento inicial, o GRUPO MAPFRE mensurará um grupo de contratos como o total dos fluxos de caixa de realização, incluindo estimativas de fluxos de caixas futuros, ajustados para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros associados, um ajuste de risco não financeiro e a CSM. O objetivo do GRUPO MAPFRE ao estimar fluxos de caixa futuros é definir o valor esperado que reflete a característica dos riscos cobertos. • Todos os fluxos de caixa serão descontados pela taxa livre de risco, e quando necessário, acrescida de ajuste para refletir as características de liquidez dos contratos. • O ajuste de risco para risco não financeiro para um grupo de contratos determinados separadamente de outras estimativas é a compensação que seria necessária para arcar com a incerteza sobre o valor e o momento dos fluxos de caixa resultantes do risco não financeiro. A CSM de um grupo de contratos será calculada no reconhecimento inicial como a diferença entre o valor presente (ou VA) das saídas e o VA das entradas, considerando o ajuste de risco não financeiro. Nesses casos podem ocorrer: • Se o VA dos fluxos de pagamento - VA dos fluxos de cobrança + Ajuste de risco > 0, o contrato é oneroso e o excesso é reconhecido diretamente como despesa no resultado. • Se o VA dos fluxos de pagamento - VA dos fluxos de cobrança + Ajuste de risco < 0, a diferença é reconhecida como CSM. Com a periodicidade estabelecida, a entidade calculará a CSM ao final de cada período, que representará o ganho dos contratos de seguro do grupo que ainda não foi reconhecido no resultado do período por estar relacionado ao serviço futuro a prestar para tais contratos. Pela abordagem BBA, a CSM nos períodos subsequentes será obtida ajustando a CSM inicial do período para o grupo de contratos pelos seguintes movimentos: a) Efeito dos novos contratos adicionados ao grupo (+); b) Juros corridos pagos (+/-); c) Mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento relacionados ao serviço futuro (+/-), em geral: + Ajustes de experiência. Mudanças nas estimativas futuras do fluxo de caixa de cumprimento. d) Efeito das diferenças de câmbio na CSM (+/-) e) Liberação esperada da CSM associada ao período decorrido (-). As alterações referidas na seção (c) acima para os fluxos de caixa de cumprimento relacionados com o serviço futuro incluem: (a) ajustes por experiência decorrentes de prêmios recebidos no período. (b) mudanças nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo de cobertura remanescente. (c) mudanças no ajuste de risco para risco não financeiro relacionado ao serviço futuro. Em relação ao reconhecimento de gastos ou ingressos financeiros decorrentes de contratos de seguros, que surjam como resultado da alteração da taxa de desconto, (tanto pelo efeito do valor do dinheiro no tempo e suas variações, como pelo efeito do risco financeiro e suas alterações), a norma permite a opção de: • Incluir todas essas despesas ou receitas financeiras no resultado do período; • Desagregar essas despesas e receitas em saídas e entradas no resultado e outros resultados abrangentes ou no balanço patrimonial. Para essas opções, avaliasse pelo método geral (BBA) foi adotado o método de reconhecimento de Resultados. O método escolhido foi o método escolhido para calcular o valor de reconhecimento em OCI base a abordagem das taxas iniciais de descontos (Taxas Locked In), tendo em vista que os riscos financeiros não afetam materialmente os valores a serem pagos aos segurados. • O valor total dos gastos ou ingressos financeiros de seguros reconhecidas em resultado (Resultado + OCI) é calculado como a diferença entre as estimativas de fluxos de caixa descontados à taxa de desconto atual e o valor do passivo reconhecido no período anterior atualizado na taxa atual do período anterior. • O valor dos gastos ou ingressos financeiros de seguros reconhecidas no resultado é calculado como a diferença entre as estimativas dos fluxos de caixa descontados à taxa de desconto inicial (Locked In) e o valor do passivo reconhecido no período anterior à taxa de desconto inicial. • A diferença entre os dois valores anteriores apresentará o valor das despesas financeiras ou receitas do seguro reconhecidas em OCI. O GRUPO MAPFRE aplicará as mesmas políticas contábeis para calcular um grupo de contratos de resseguro, adaptados, quando necessário, para refletir as características que diferem daquelas dos contratos de seguro. **viii) Modelos de Transição Adotados:** As mudanças nas políticas contábeis, resultantes da IFRS 17, serão aplicadas usando uma abordagem retrospectiva completa para os grupos de contratos valorados pelo modelo PAA e abordagem de Valor Justo para os grupos de contratos valorados pelo modelo geral BBA. **a) Abordagem retrospectiva completa:** O GRUPO MAPFRE irá: i) Identificar, reconhecer e mensurar cada grupo de contratos de seguro e de resseguro como se a IFRS 17 sempre tivesse sido aplicada. • Identificar, reconhecer e mensurar quaisquer ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros como se a IFRS 17 sempre tivesse sido aplicada. • Baixar os saldos anteriores em relação à opção de reconhecimento de Resultados. • Reconhecer o custo amortizado de acordo com a IAS 39, para os ativos atribuíveis a contratos de seguro existentes e ativos intangíveis relativos a clientes relacionados a contratos de seguro adquiridos. • Reconhecer no patrimônio líquido qualquer diferença líquida resultante. **b) Abordagem Valor Justo:** O objetivo do cálculo do *Fair Value* na data de transição para a IFRS 17 é determinar o valor do CSM ou Componente de Perda (LC) com o qual as cartéiras vigentes naquela data passarão a ser contabilizadas de acordo com a nova norma. Nesse sentido, a IFRS 17 indica que a CSM ou Componente de Perda (LC) na data de transição será obtido como a diferença entre o *Fair Value* do grupo de contratos e seus Fluxos de Caixa de Cumprimento na data de transição. Por sua vez, de acordo com os critérios da IFRS 13, o valor do *Fair Value* deve ser composto pelas seguintes grandezas: • Uma estimativa dos fluxos de caixa futuros para o ativo ou passivo que está sendo avaliado (*Best Estimate Liability - BEL*). • A transferência uma responsabilidade por contratos de seguro, o destinatário, deve continuar a cumprir as obrigações adquiridas com o segurador da carteira a avaliar. Portanto, a estimativa dos fluxos de caixa para a determinação do *Fair Value* de uma carteira de responsabilidades por contratos de seguro, será baseada na obtenção dos fluxos prováveis relacionados aos pagamentos de benefícios, despesas e cobranças de prêmios futuros, à semelhança de como a entidade obtém a melhor estimativa de fluxos futuros para calcular suas provisões da IFRS 17. • Expectativas quanto a possíveis variações no valor e temporestividade dos fluxos de caixa que representam a incerteza inerente aos fluxos de caixa (Ajuste de Risco - RA). Na determinação do *Fair Value* é necessário ter em conta os possíveis desvios que possam ocorrer, tanto no montante como na temporestividade dos fluxos de caixa. Este conceito também faz parte do passivo do contrato de seguro, obtido segundo os critérios da IFRS 17, dependendo do momento da venda da Entidade de Risco - RA. • O preço por pagar com a incerteza inerente aos fluxos de caixa (ou seja, um prêmio de risco). **ii) Padrão de Liberação da CSM:** A CSM de um grupo de contratos é reconhecida no resultado para refletir os serviços prestados em todos os anos por meio da identificação das unidades de cobertura previstas, por meio da alocação da CSM remanescente ao final do exercício (antes de qualquer alocação) de forma idêntica para cada unidade de cobertura no grupo no exercício a ser fornecida em período futuros e por meio do reconhecimento, no resultado, do valor da CSM alocado às unidades de cobertura previstas no exercício. O número de unidades de cobertura é a quantidade de serviços oferecida pelos contratos no grupo, determinada considerando-se, para cada contrato, a quantidade dos benefícios proporcionados e seu período de cobertura previsto. **x) Estimativa de Impactos:** No momento inicial ocorrerão impactos no patrimônio líquido e estes estão em fase de adaptação à aplicação das novas normas internacionais de contabilidade. O processo de implementação está em andamento e os impactos relativos estão em processo de apuração pela Administração. O impacto real da adoção da IFRS 17 em 1º de janeiro de 2023 dependerá da conclusão de: i. processos contábeis em aprimoramento nos novos sistemas; ii. testes em ambiente de produção ppendentes de finalização; iii. validação das novas políticas contábeis, premissas, julgamentos e técnicas de estimativa utilizadas e, sujeitas a mudanças até que sejam concluídas as primeiras demonstrações financeiras que incluem a data de aplicação inicial. **IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros** - Entrou em vigor para os períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2018 e introduziu inúmeras alterações com relação ao nível da classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, cálculo e reconhecimento da imparidade, novas regras para as contabilizações de *hedge* e respectivas divulgações. Em virtude da complexidade e exigências associadas à implementação da IFRS 9 em conjunto com a IFRS 17, em março de 2020, por meio da Emenda à IFRS 17, o IASB decidiu por não aplicar a norma de forma retroativa aos exercícios anteriores em 1º de janeiro de 2022, decisão da qual o GRUPO MAPFRE adotou a aplicação da IFRS 9 para permitir implementar a IFRS 9 e a IFRS 17 ao mesmo tempo. O GRUPO MAPFRE optou por aplicar a isenção temporária da IFRS 9, uma vez que possuem operações substancialmente representadas por contratos de seguros, de acordo com o requisito 20 (d) da Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. **Pré-transição - adoção inicial:** A Companhia adotou a referida norma considerando os novos princípios referentes aos três tópicos principais abaixo: i. Classificação e Mensuração de Ativos e Passivos; ii. *Impairment* (Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros); e iii. *Hedge Accounting* (Contabilização de *Hedge*). A IFRS 9 afeta a classificação e a mensuração de ativos financeiros em 1º de janeiro de 2023, da seguinte forma: • A maioria dos itens subjacentes de contratos de participação e alguns outros investimentos financeiros são designados ao VJR - Valor Justo por meio do Resultado de acordo com a IAS 39. Eles também são mensurados pelo VJR de acordo com a IFRS 9. • Os ativos derivativos, que geralmente eram classificados como mantidos para negociação e mensurados ao VJR de acordo com a IAS 39, também continuam sendo mensurados ao VJR de acordo com a IFRS 9. • Os investimentos de dívida classificados como disponível para venda de acordo com a IAS 39 podem, de acordo com a IFRS 9, ser mensurados ao custo amortizado, VJORA - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ou VJR, dependendo das circunstâncias específicas. • No entanto, alguns desses investimentos de capital são mantidos para fins estratégicos de longo prazo e são designados como VJORA em 1º de janeiro de 2023; consequentemente, todos os ganhos e perdas de valor justo são reportados em OPA - outros resultados abrangentes. • Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado de acordo com a IAS 39, são mensurados pelo custo amortizado de acordo com a IFRS 9. A classificação dos ativos financeiros de acordo com a IFRS 9 é baseada no modelo de negócio no qual um ativo financeiro é administrado juntamente com as características de fluxo de caixa contratuais. A IFRS 9 inclui 3 (três) principais categorias de mensuração para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. No modelo de negócio do GRUPO MAPFRE, temos fundos de investimentos mensurados ao VJR pelo custo amortizado. Em relação à carteira privada de títulos públicos e privados os valores são mensurados pelo VJORA. Como a maioria dos ativos financeiros é mensurado pelo valor justo antes e depois da transição para IFRS 9, não se espera que os novos requisitos de classificação tenham um impacto material no patrimônio total do GRUPO MAPFRE em 1º de janeiro de 2023. ECL - Perdas de crédito esperadas: A IFRS 9 substituiu o modelo de perda incorrida na IAS 39 por um modelo prospectivo de perda esperada de crédito. A IFRS 9 exige que uma provisão para perdas seja reconhecida em um valor igual a ECL para 12 (doze) meses ou ELC para vida inteira do instrumento financeiro. Perda de crédito esperada resultantes de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os ECL's de 12 (doze) meses são uma parte das ECL's para vida inteira que resultam de eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que são possíveis nos 12 (doze) meses após a data da apresentação. O GRUPO MAPFRE mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associada com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. De acordo com a Política de Investimentos e normativas vigentes, o GRUPO MAPFRE realiza operações em mercados derivativos, com a finalidade de proteção *Hedge* de investimentos mantidos até o vencimento, com o objetivo de reduzir o risco de flutuações das taxas de juros futuros, sendo os ajustes com liquidações financeiras diárias. O ganho ou perda resultante com as operações de derivativos são reconhecidos pelo "VJR" de cada período. O GRUPO MAPFRE adotou a contabilidade de *Hedge Accounting*, e com isso, as oscilações de marcação a mercado são reconhecidas no resultado (VJR), e não mais no Patrimônio Líquido (VJORA). O Grupo adotará o novo modelo geral de contabilização de *hedge* na IFRS 9 e CPC 48.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalente de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pelo GRUPO para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. O GRUPO classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *ii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreendem os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças que não sejam perdas por redução do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iv. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 5c. *v. Instrumentos financeiros derivativos:* O GRUPO mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. *vi. Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis do GRUPO compreendem os valores registrados nas rubricas "Outros recebíveis" inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *vii. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *i. Operações de seguros e resseguros:* O GRUPO reconhece uma redução ao valor recuperável (RVR) sobre os contratos de seguro e resseguro, com o objetivo de reconhecer o custo de aquisição de prêmios não ganhos - PPNG e Despesa de Comercialização Diferida - DCD. É reconhecida a totalidade dos recebíveis vencidos e não pagos de riscos decorridos referentes as apólices cujo a vigência tenha expirado e que não tenham sido canceladas. Para os prêmios diretos de riscos a decorrer adotamos em algumas Companhias estípite técnico que considera o histórico de perdas e os riscos de inadimplência, representada por percentuais de perdas, segregados entre laixas de vencimento, outras são aplicadas conforme circular. No que se refere aos prêmios a receber de cosseguro aceitos é reconhecido a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento. Ainda, o montante da redução ao valor recuperável corresponde a totalidade dos valores a receber de determinado seguro, independente de existirem outros valores a vencer deste mesmo seguro. A redução ao valor recuperável - RVR sobre os créditos a recuperar com resseguradores considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 (cento e oitenta) dias. *iii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revistos, para fins de reconhecível, sempre que houver alguma indicação de perda decorrente permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **d) Outros valores e bens:** • **Bens à venda - Salvados:** Substancialmente oriundos de indenizações ou integrais, os Salvados à venda são estimados e contabilizados, pelo resultado na combinação do histórico de vendas do GRUPO e da Tabela FIPZ ou Molicar, líquido dos custos de venda. • **Salvados e ressarcimentos estimados:** Salvados e Ressarcimentos estimados são calculados através de técnicas estatísticas e atuariais especificadas em nota técnica atuarial, com base no desenvolvimento histórico da liquidação de sinistros, de dados de sinistros históricos. Esse ativo é registrado de forma segregada dos salvados e ressarcimentos estimados e os salvados são registrados no balanço patrimonial sob o rubrica "Outros ativos". • **Outros ativos:** • **Outros recebíveis:** • **Investimentos:** *i. Participações societárias:* Investimentos em controladas. Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais. Outros investimentos são avaliados pelo custo histórico de aquisição. *ii. Demais investimentos:* Compreende substancialmente imóveis urbanos não destinados ao uso próprio, obras de arte e incentivos fiscais. **f) Imobilizado:** O ativo imobilizado compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e bens e fornecedorias em imóveis de terceiros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada, perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa n. 12. **g) Direito de uso:** A IFRS 16 consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 (doze) meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Anteriormente as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam. Os ativos de direito de uso (substancialmente aluguel de imóveis e veículos) foram mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos. O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. **h) Ativos Intangíveis:** *i. Ágio:* O ágio contabilizado pelo GRUPO na aquisição de empresas representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos na data da combinação de negócios. *ii. Canais de distribuição:* A aquisição de um canal de distribuição pode oferecer maior acessibilidade para um mercado não previamente aproveitado representado pelo canal bancário oferecido pelas agências do Banco do Brasil. O valor atribuído a este ativo intangível na combinação de negócios representa o resultado de direitos e obrigações de seguros que não existiam contratualmente na data da combinação de negócios e que serão originados pelo potencial de novas vendas em função da acessibilidade do GRUPO à base de clientes do Banco do Brasil através do canal bancário. Este potencial de geração de vendas, em função da maior abrangência dos canais adquiridos, contribuirá para a geração de benefícios econômicos futuros ao longo do tempo. Este potencial é representado pela estratégia de *Cross-Selling* utilizada pela MAPFRE já que é possível a venda de múltiplos produtos ou serviços a um mesmo cliente e ainda a venda desses produtos ou serviços para clientes do Banco do Brasil que eventualmente não adquiriram esses produtos. A amortização é calculada segundo método exponencial considerando a vida útil estimada para esses intangíveis de 20 (vinte) anos. *iii. Valor de marca:* O valor de marca é o custo de aquisição de um ativo intangível que não é identificável. É um ativo intangível identificável no contexto de um processo de aquisição de uma carteira e/ou quando da combinação de negócios. Ele representa a remuneração da Companhia vendedora por ter uma carteira de negócios vigentes que terá lucros depois de pagos todos os benefícios e indenizações futuras associados às apólices em vigor na data da aquisição, despesas administrativas e custos de regulação de sinistros. Os intangíveis relacionados com o canal de distribuição e VOBA adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo da aquisição. Esses intangíveis têm vida útil finita e são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada segundo método exponencial considerando a vida útil estimada para esses intangíveis de 20 (vinte) anos, o qual será finalizado no exercício de 2031. *iv. Outros ativos intangíveis:* Gastos de desenvolvimento interno de sistemas, incluído o custo de mão de obra direta, são reconhecidos como ativo intangível somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e existir ainda a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento desses sistemas. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos. O GRUPO adquiriu certos direitos de comercialização de seus produtos em diversos canais de vendas nas atividades comerciais de varejo. O valor pago por esses direitos, acrescido dos custos diretos incrementais da transação foram contabilizados como ativo intangível de vida útil definida e estão sendo amortizados pelo prazo contratual segundo o IAS 39 - Ativos Intangíveis e divulgado na nota explicativa n. 13. Adicionalmente, foi realizada a análise de recuperabilidade dos montantes registrados, onde foi constatado que o custo de aquisição não excede o valor recuperável, portanto, não há necessidade de reconhecer uma perda. **i. Investimento:** O GRUPO reconhece o custo de aquisição de um ativo intangível de vida útil definida e está sendo amortizado pelo prazo contratual segundo o IAS 39 - Ativos Intangíveis e divulgado na nota explicativa n. 13. Adicionalmente, foi realizada a análise de recuperabilidade dos montantes registrados, onde foi constatado que o custo de aquisição não excede o valor recuperável, portanto, não há necessidade de reconhecer uma perda. **Investimento:** O GRUPO classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurador na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativamente. **j) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices/faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativo aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros

são apropriados como receitas financeiras em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **k) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outro, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação o GRUPO objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos e caso a caso nos contratos facultativos. Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3b. ii. Os valores a receber e a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **l) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. **m) Passivos de contratos de seguros, proviência e saúde:** *i. Seguros:* A Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG é constituída pela parcela do prêmio comercial correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos - PPNG-RVNE é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 (vinte e quatro) meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Excedentes Técnicos - PET é constituída, para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Os critérios para estimar o valor a ser constituído com reserva inicial desta provisão dependem das características de cada ramo e/ou considerará os valores reclamados. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados - IBNeR, como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL, considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final, sendo sua constituição através do método de desenvolvimento de sinistros pagos/incorridos o que envolve a construção de triângulos de 48 a 60 trimestres. O objetivo é estimar os sinistros finais totais esperados de pagamentos de sinistros para um determinado período. A combinação do método de desenvolvimento de sinistros pagos/e/ou incorridos são utilizados na apuração do IBNP - *Incurred But Not Paid*. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contempórâneas as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de acordo com o percentual de participação de cada sinistro. O cálculo de sinistros de acordo com as despesas e indenizações relacionadas aos sinistros esperados definido o percentual aplica-se ao cálculo de IBNP Indenizações. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 48 a 60 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro, para definição da metodologia aplicada. O cálculo é baseado no método de desenvolvimento dos sinistros avisados, que consiste em apurar os avisos referentes aos sinistros ocorridos em um dado período e como se desenvolverão em relação aqueles já observados em períodos de ocorrências anteriores. A Provisão Complementar de Cobertura - PCC refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, e será constituída quando for constatada insuficiência no Teste de Adequação de Passivos - TAP. *ii. Provisão complementar aberta, seguros de vida com cobertura por sobrevivência:* As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas, segundo regras previstas em nota técnica atuarial. A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC vinculadas aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência - VGBL e aos planos de proviência da modalidade gerador de benefícios livres - PGBL representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos - FIEs. Para os planos previdenciários tradicionais, estruturados em regime financeiro de capitalização, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC, é constituída enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas de atualizações monetárias, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente. A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC representa o valor atual dos compromissos da Seguradora para com o assistido durante o período de pagamento de benefícios sob a forma de renda. A Provisão de Excedentes Financeiros - PEF é constituída para os contratos que possuem cláusula de participação de excedentes financeiros e corresponde a uma parcela do rendimento financeiro que excede a rentabilidade mínima garantida dos planos. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de sinistros ou benefícios, tanto na fase de diferimento quanto na fase de concessão de benefícios. A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a Companhia ou Entidade Aberta de Previdência Complementar - EAOP receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados. A Provisão Complementar de Cobertura - PCC refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, e será constituída quando for constatada insuficiência no Teste de Adequação de Passivos - TAP. Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos de previdência complementar e seguro de vida com cobertura de sobrevivência.

	Tábua	Taxa de Juros	Taxa de carregamento
Individual PGBL/VGBL	BR-EMSB (male/female)	1,50% a.a.	0% a 6%
Individual PGBL/VGBL	BR-EMSB (male/female)	0% a.a.	0%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EMSB (male/female)	0% a.a.	0%

iii. Saúde

As provisões para eventos a liquidar foi constituída com base nos eventos ocorridos e avisados até a data do encerramento do exercício. Os custos dos serviços prestados são registrados com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da análise da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, em contrapartida às contas de resultado de "eventos indenizáveis líquidos". A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - IBNR, constituída mensalmente, facultando às operadoras utilizar percentuais pré-definidos para o cálculo, incluindo na definição as operadoras do segmento odontológico ou odontologia de grupo de pequeno e médio porte. **n) Passivos de capitalização:** Os títulos de capitalização têm seus passivos financeiros calculados no momento do recebimento dos recursos. Os títulos são emitidos com pagamento único e o valor do depósito para resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Esses valores compõem os passivos financeiros - capitalização. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio, ou resgatar o valor correspondente a parcela dos depósitos pagos destinada para resgates, atualizada monetariamente conforme definido nas condições gerais do contrato. Taxas e carregamento dos principais títulos:

	Tipo	% Carregamento	Taxa % a.a.
15414.901962/2019-10	Prêmio Único	7,46	8,08
15414.901957/2019-07	Prêmio Único	7,18	6,17
15414.902042/2019-58	Prêmio Único	5,79	5,17
15414.901388/2018-19	Prêmio Único	2,00	4,28
15414.901384/2018-22	Prêmio Único	16,46	1,94
0514.901999/2019-30	Prêmio Único	5,79	6,17

o) Teste de adequação dos passivos - TAP: O GRUPO elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o IFRS 4 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros/benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocaíveis relacionadas aos sinistros e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados foi utilizado a estrutura a termo da taxa de juros - ETTJ livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocaíveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNeR e IBNeR. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. O teste foi elaborado bruto de resseguro e as principais premissas utilizadas foram:

Descrição
Segregação entre as classes de negócios comercializadas
Base de dados defasada em dois meses com histórico de 12 anos
Percentual de sinistralidade apurada pela projeção de sinistros finais
Experiência da Companhia em um período de 12 meses
% PDR = IBNP_Despesas/IBNP_Indenizações
% ULAE = ULAEe/(0,5* (PSL + IBNeR) + P)
PIS/COFINS 4,65%
Cupons de IPCA, IGP-M e TR - ETTJ SUSEP
BR-EMS
0%, 2%, 3%, 4%, 5% e 6%
Cupons de IPCA, IGP-M e TR

O resultado do teste de adequação de passivo apresentou necessidade de provisões adicionais aos passivos de contratos de seguro e proviência, no momento da RS 11.761/16 (provisões de passivo). **p) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, no qual a mesma puder ser estimada de maneira confiável, efetuada pelo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos do GRUPO, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **q) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. Outros benefícios de curto prazo são fornecidos de acordo com as convenções coletivas de cada categoria, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. *ii. Obrigações por aposentadorias:* O GRUPO é patrocinador de um plano de proviência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL, administrados pelas empresas MAPFRE Previdência S.A. e Brasilprevid Seguros e Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela controladora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a controladora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de proviência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios pós-emprego - Somente para seguros, proviência e capitalização:* Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa. **r) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, as despesas com apólices e contratos de seguros, despesas com rastreadores, inspeção de riscos e contribuições ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR provisionadas mensalmente. **s) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **t) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240, para contribuintes e entidades. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% para o lucro líquido e 12% para o lucro líquido. A contribuição social sobre o lucro tributável é calculada à alíquota de 9% para o lucro líquido e 12% para o lucro tributável. Em 28 de abril de 2022 foi editada pelo Poder Executivo a Medida Provisória - MP nº 1.115/2022, convalidada na Lei nº 14.446/2022, de 2 de setembro de 2022, que majorou de 15% para 16% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das seguradoras, para o período compreendido entre 1º de agosto de 2022 à 31 de dezembro de 2022. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

Região geográfica	Bruto de resseguro (%) (**)										2022		Ativos financeiros - rating (*)										2021			
	Auto	%	Danos	%	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A-	BBB	BB+	BB	BB-	B	Sem rating	Total	
Centro Oeste	172.339	1%	223.574	1%	1.482.555	5%	2.544.239	10%	391.919	2%	4.814.626	19%	13.841.046	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.841.046
Nordeste	254.997	1%	192.091	1%	1.145.914	4%	534.550	2%	178.127	1%	2.305.679	9%	-	-	-	-	-	-	-	822	-	-	-	-	-	822
Norte	61.982	0%	156.036	0%	395.016	3%	282.896	1%	78.689	0%	974.799	4%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudeste	2.367.231	9%	2.038.562	8%	2.954.685	11%	2.118.935	8%	2.397.293	9%	11.876.706	46%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sul	513.851	2%	539.703	2%	2.129.026	5%	2.602.958	10%	1.100.734	4%	5.976.272	23%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.370.400	13%	3.149.966	12%	7.197.196	28%	8.083.578	31%	4.146.942	16%	25.948.082	100%														

Região geográfica	Bruto de resseguro (%) (**)										2022		Ativos financeiros - rating (*)										2021			
	Auto	%	Danos	%	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A-	BBB	BB+	BB	BB-	B	Sem rating	Total	
Centro Oeste	172.339	1%	212.840	1%	1.482.554	7%	1.606.133	8%	340.432	2%	3.814.298	19%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	254.997	1%	184.847	1%	1.145.914	5%	382.579	2%	162.196	1%	2.130.533	10%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Norte	61.982	0%	150.984	1%	395.016	2%	206.800	1%	76.920	0%	891.702	4%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Sudeste	2.367.231	13%	843.497	3%	2.914.949	14%	1.708.641	8%	1.532.730	7%	9.367.048	45%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Sul	513.851	2%	359.286	2%	2.128.864	6%	1.699.275	8%	850.465	4%	4.641.741	22%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	3.370.400	17%	1.751.454	8%	7.157.297	34%	5.603.428	27%	2.962.743	14%	20.845.322	100%														

Região geográfica	Bruto de resseguro (%) (**)										2021		Ativos financeiros - rating (*)										2021		
	Auto	%	Danos	%	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A-	BBB	BB+	BB	BB-	B	Sem rating	Total
Centro Oeste	130.747	0%	160.398	1%	1.300.493	5%	1.666.071	8%	318.943	2%	3.576.652	16%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	245.548	1%	159.129	1%	1.050.075	6%	292.650	2%	157.563	1%	1.904.965	11%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Norte	55.752	0%	50.434	0%	373.255	2%	205.073	1%	71.601	0%	819.421	3%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Sudeste	2.104.875	11%	674.121	8%	2.698.896	15%	1.305.011	6%	2.295.907	11%	10.588.110	51%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sul	452.297	2%	458.259	2%	1.055.732	5%	1.718.430	8%	847.101	4%	4.531.819	21%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.989.219	14%	2.607.032	12%	6.478.708	31%	5.345.367	25%	3.701.095	18%	21.121.421	100%													

Região geográfica	Bruto de resseguro (%) (**)										2021		Ativos financeiros - rating (*)										2021		
	Auto	%	Danos	%	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A-	BBB	BB+	BB	BB-	B	Sem rating	Total
Centro Oeste	130.747	1%	149.667	1%	1.300.493	7%	1.137.469	6%	272.922	2%	2.991.298	17%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	245.548	1%	159.129	1%	1.050.075	6%	292.650	2%	157.563	1%	1.904.965	11%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Norte	55.752	0%	50.434	0%	373.255	2%	203.624	1%	69.881	0%	752.797	3%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudeste	2.104.875	13%	805.222	4%	2.664.494	16%	1.122.468	7%	1.392.206	8%	8.089.265	48%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sul	452.297	2%	270.400	2%	1.055.606	6%	1.211.906	7%	676.742	4%	3.666.951	21%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.989.219	17%	1.434.852	8%	6.443.774	37%	3.968.117	23%	2.569.314	15%	17.405.276	100%													

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE no montante de R\$ 103.929 (R\$ 9.007 em 31 de dezembro de 2021). (**) As operações estão líquidas dos saldos de rendas e contribuições de prêmios no montante de R\$ (217.035) (R\$ (246.584) em 31 de dezembro de 2021). (***) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R\$ 40.217 (R\$ 11.937 em 31 de dezembro de 2021). **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com o GRUPO. A Administração possui política para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de riscos decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada com antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que o GRUPO opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, o GRUPO está exposto a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estreita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O GRUPO adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A., MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. e MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Resseguros S.A., foi considerado o rating da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A..

Rating	2022				2021			
	Local	Admitida	Eventual	Total (*)	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
AA+	-	123.457	1.346	124.803	-	53.563	2.985	56.548
AA	-	16.631	3.533	20.164	-	20.789	1.870	22.659
A+	766.733	1.030.989	91.341	1.889.063	674.327	747.615	12.779	1.434.721
A++	-	608	-	608	-	5.653	-	5.653
A	1.849	1.084.561	44.361	1.130.771	13.147	895.098	35.353	943.598
AA-	661.534	115.100	-	776.634	283.439	31.234	-	314.673
A-	1.123.003	-	11.329	1.134.332	928.548	-	8.736	937.284
A2	-	2.645	-	2.645	-	-	-	-
A3	-	-	15.117	15.117	-	-	-	-
BRAAA	-	-	-	-	-	8.716	-	8.716
B++	4.871	-	-	4.871	-	-	-	-
Baa1	-	3.752	-	3.752	-	-	-	-
BRAA+	-	-	-	-	19	-	-	19
Total	2.557.990	2.377.743	167.027	5.102.760	1.908.196	1.753.952	61.723	3.723.871

(*) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ 40.217 (R\$ 11.937 em 31 de dezembro de 2021). O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros incluí o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *AM Best* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pelo GRUPO, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Créditos e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais. As agências avaliadoras de riscos são *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's*, como demonstrado no quadro abaixo:

Ativos financeiros - rating (*)	2022									
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A-	BBB	CCC	Sem rating	Total
Títulos de renda fixa públicos	14.893.734	-	-	-	-	-	-	-	-	14.893.734
Certificados de depósito bancário - CDB	32.729	-	-	-	-	17.247	-	2.753	52.729	32.729
Debêntures	152.062	31.005	25.213	3.667	-	-	5.534	38.687	256.168	152.062
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	16.631	-	-	-	11.940	-	-	56.807	249.705	16.631
Letras financeiras - LF	863.774	83.292	56.337	-	-	-	-	34.601	1.038.004	863.774
Quotas de fundos de investimentos	105.167	-	-	-	-	-	-	1.261	106.428	105.167
Outras aplicações	-	-	-	-	-	-	-	31.266	31.266	-
Caixa/contas a pagar/receber	-	-	-	-	-	-	-	(257)	(257)	-
Total	16.064.097	114.297	81.550	3.667	11.940	17.247	164.327	5.534	165.118	16.627.777

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição por prazo e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo.

Títulos	Hierarquia do valor justo	Vencimento				Ativos				Controladora			
		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ajuste ao valor justo	2022	%	2021	Total
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)	(H)	(I)	(J)
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		78.327	307.645	-	385.811	385.811	385.811	385.811	10	385.811	87%	63.103	64%
Fundos de investimentos		78.327	307.645	-	(161)	385.811	385.811	385.811	10	385.811	100%	63.103	100%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	25.551	307.645	-	-	333.196	333.186	333.196	10	333.196	86%	27.754	44%
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.867	12%
Operações compromissadas (*)	2	52.776	-	-	-	52.776	52.776	52.776	-	52.776	14%	27.506	44%
Outros/caixa	2	-	-	-	(161)	(161)	(161)	(161)	-	(161)	0%	(24)	0%
Ativos mantidos até o vencimento		15.400											

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

6. CRÉDITO DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E CAPITALIZAÇÃO

a) **Composição do saldo:** Os prêmios de seguros são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos, previdência complementar e capitalização.

	2022	2021
Prêmios a receber	7.909.963	7.008.712
Operações com seguradoras	71.820	71.288
Operações com resseguradoras	421.526	438.161
Créditos a receber de produtos de previdência e capitalização	32.790	44.598
Outros créditos operacionais	338.768	146.631
Redução ao valor recuperável - RVR	(259.387)	(184.033)
Total	8.515.480	7.525.357

b) Prêmios a receber por segmento

	2022		2021	
Ramos agrupados	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber líquido
Prestamista	2.989.633	(50.271)	2.939.362	2.831.254
Automóvel	1.380.097	(34.915)	1.345.182	1.205.552
Patrimonial	832.259	(40.610)	791.649	673.219
Vida individual	506.386	(18.226)	488.160	503.901
Vida em grupo	340.517	(23.201)	317.316	278.821
Seguro de vida do produtor rural	521.290	(10.573)	510.717	409.605
Seguro agrícola com cobertura do FESR	5.619	–	5.619	18.898
Aeronáuticos	198.008	(13.167)	184.841	213.111
Microseguros	71.136	(1.074)	70.062	28.248
Riscos financeiros	52.765	(1.540)	51.225	54.750
Riscos especiais	134.223	(341)	133.882	75.394
Marítimos	63.536	(9.985)	53.551	49.462
Responsabilidades	43.943	(1.484)	42.459	40.100
Demais ramos	770.551	(25.770)	744.781	626.397
Total	7.909.963	(231.157)	7.678.806	7.008.712

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa n.º 3b.ii.

c) Movimentação de prêmios a receber

	2022	2021
Saldo inicial	6.853.963	6.709.527
Prêmios emitidos	33.671.525	27.357.247
IOF	630.665	550.336
Adicional de fracionamento	17.005	6.026
Cancelamento	(6.648.425)	(4.633.145)
Reccebimentos	(26.769.519)	(23.143.376)
Redução ao valor recuperável - RVR	(76.408)	7.348
Saldo final	7.678.806	6.853.963

d) Composição por prazo de vencimento

	2022	2021
A vencer até 30 dias	1.918.900	1.664.459
A vencer de 31 a 60 dias	633.985	499.407
A vencer de 61 a 120 dias	858.632	765.671
A vencer de 121 a 180 dias	604.222	555.589
A vencer de 181 a 365 dias	922.410	808.593
A vencer acima de 365 dias	2.393.483	2.215.744
Total a vencer	7.331.632	6.509.463
Vencidos até 30 dias	256.470	251.787
Vencidos de 31 a 60 dias	45.109	61.691
Vencidos de 61 a 120 dias	26.139	22.028
Vencidos de 121 a 180 dias	8.889	4.957
Vencidos de 181 a 365 dias	8.406	2.457
Vencidos acima de 365 dias	2.161	1.580
Total vencidos	347.174	344.500
Total	7.678.806	6.853.963

7. OUTROS RECEBÍVEIS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ressarcimentos	–	–	71.938	51.047
Canal <i>affinity</i>	–	–	149.734	140.162
Títulos e créditos a receber (*)	3.001	31.819	39.997	66.613
Crédito de subvenção do Ministério da Agricultura	–	–	14.461	1.118
Dividendos a receber	16.896	16.077	1.332	1.130
Outros créditos a receber	5.971	3.506	63.405	65.056
Total	25.868	51.402	340.867	325.126

(*) Controladora - nesta rubrica são registrados os valores decorrentes da clausula de earn in/out do contrato de parceria com a BB Seguros, contrato este firmado quando da reestruturação das operações do Grupo BB e MAPFRE em 2018. O contrato prevê cumprimentos de metas para a comercialização do produto "automóvel" pela BB Seguros, e sobre o cumprimento dessas metas, a condição de earn in/out.

Em 2022, devido a renegociação desta clausula contratual iniciada em outubro e finalizada em 2023, o valor de R\$ 25.160 foi registrado após finalização do processo e assinaturas do aditivo.

8. ATIVOS DE RESSEGUROS - PROVISÕES TÉCNICAS

a) Composição dos ativos de resseguro - provisões técnicas

	2022	2021
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	2.340.283	1.727.268
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	3.552.868	4.035.400
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	186.695	176.922
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	322.209	259.294
Provisão de despesas relacionadas - PDR	115.179	95.219
Total	6.517.234	6.283.103

b) Movimentação dos ativos de resseguro - provisões técnicas

	2022	2021
Saldo inicial	6.283.103	3.609.265
Constituições	5.573.264	4.280.233
Diferimento pelo risco decorrido	(4.482.654)	(3.294.106)
Aviço/ajustes de sinistros	4.565.689	6.060.564
Pagamento de sinistros	(5.098.041)	(4.009.920)
Atualização monetária e juros	6.711	215.676
Reversões demais provisões	(330.838)	(578.609)
Saldo final	6.517.234	6.283.103

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS, ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

a) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias das empresas consolidadas no GRUPO.

	Controladora			Consolidado		
	2021	Constituição	Reversão	2021	Constituição	Reversão
Ativo						
Tributos a compensar	71.050	16.373	(51.695)	35.728	208.258	97.714
PIS/COFINS s/PSL/IBNR	–	–	–	–	108.286	37.028
PIS/COFINS	704	13	(483)	234	793	47
Tributos retidos na fonte	4.166	2.783	(5.911)	1.038	20.919	9.052
Antecipação de imposto de renda/contribuição social	–	–	–	–	350	(32)
Outros créditos	134	134	(268)	–	155	(290)
Total circulante	76.054	19.303	(58.357)	37.000	338.761	102.611
Diferenças temporais:						
Contingências tributárias	–	3.134	–	3.134	236.745	13.783
Contingências civis	–	–	–	–	29.367	21.973
Provisão para riscos de crédito	–	–	–	–	90.344	158.542
Provisão para participação nos lucros	1.264	3.261	(2.768)	1.757	22.394	193.429
Contingências trabalhistas	229	34	(261)	2	23.970	14.320
PIS/COFINS s/PSL/IBNR	–	–	–	–	85.736	18.857
Prejuízo fiscal e base negativa	–	–	–	–	834.499	88.305
Ajustes de títulos a valor de mercado	–	–	–	–	245.329	59.455
Outras provisões	1.626	14.649	(13.389)	2.886	127	65.625
Outros créditos	–	–	–	–	47.727	2.639
IFRS 16	–	–	–	–	11.874	21.424
Total não circulante	3.119	21.078	(16.418)	7.779	1.628.112	661.181
Total	79.173	40.381	(74.775)	44.779	6.916.873	1.750.470
	Controladora			Consolidado		
	2021	Constituição	Reversão	2021	Constituição	Reversão
Passivo						
IFRS sobre combinação de negócios (*)	167.364	–	(13.828)	153.536	667.277	–
Total não circulante	167.364	–	(13.828)	153.536	667.277	–

(*) Vide nota explicativa nº 13.

b) Estimativa de realização dos créditos tributários:

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização destes créditos nos próximos anos, conforme quadro abaixo:

Ano	%
2023	2,23%
2024	5,89%
2025	8,35%
2026	11,67%
Anos subsequentes	71,86%
Total	100,00%

10. OUTROS VALORES E BENS

O GRUPO detém certos ativos que são mantidos para a venda, como salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados, conforme demonstrado a seguir:

a) Composição do saldo

	2022	2021
Bens a venda (i)	67.802	50.923
Salvados estimados *	84.332	74.761
Outros valores	935	1.651
Total	153.069	127.335

* Composição - salvados estimados

	2022	2021
Automóvel	65.100	61.492
Demais ramos	19.232	13.269
Total	84.332	74.761

i. Aging de salvados:

	2022	2021
De 1 a 30 dias	5.078	6.711
De 31 a 60 dias	13.616	13.110
De 61 a 120 dias	18.218	14.724
De 121 a 180 dias	12.244	7.544
De 181 a 365 dias	29.143	17.430
Total	78.299	59.519
Redução ao valor recuperável - RVR	(10.497)	(8.596)
Total	67.802	50.923

ii. Composição por ramo:

	2022	2021
Riscos financeiros	35.989	28.473
Patrimonial	1.049	2.499
Automóvel	30.368	19.951
Outros	396	–
Total	67.802	50.923

11. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	BBMAPFRE Participações S.A.	MAPFRE Participações S.A.	Vera Cruz Consultoria e ADM de Fundos Ltda.	MAPFRE Investimentos e Saúde Ltda.	Protenseg Corretora de Seguros Ltda.	MAPFRE Investimentos Ltda.	Total
Dados das investidas							
Capital social	1.469.848	2.555.043	95.005	75.500	45.471	130	7.100
Quantidade de ações possuídas							
ON	1.890.094.939	994.665.757	4.614.148	75.500.000	26.527.694	130.000	7.100.000
PN	1.889.339.198	809.270.245	–	–	–	–	–
Percentual de participação	25,01%	100%	100%	100%	100%	10%	0,10%
Total de ativos	2.588.600	3.315.787	78.350	15.768	84.071	7.791	62.343
Total de passivos líquido de provisões judiciais	175	11.459	2.662	994	5.771	1.389	8.131
Total de provisões judiciais	–	–	–	715	–	–	–
Patrimônio líquido	2.588.425	3.304.328	74.579	14.059	78.300	6.403	54.212
Total de receitas	2.795.536	46.682	8.953	1.378	24.355	3.619	45.599
Resultado líquido do exercício	2.795.409	46.906	4.751	(2.611)	24.236	856	18.242
Saldo em 1º de dezembro de 2021	1.328.527	3.372.714	64.936	15.164	58.212	444	40.840.037
Aumento/redução de capital	–	90.000	–	–	–	–	90.000
Dividendos e juros sobre capital próprio	(299.171)	(139.676)	–	–	(5.607)	–	(444.454)
Ajustes de avaliação patrimonial	(26.218)	(349.045)	–	–	–	–	(375.263)
Outros ajustes	(2.195)	–	–	–	–	–	(2.195)
Amortização de ajuste a valor justo - combinação de negócio	(37.167)	–	–	–	–	–	(37.167)
Resultado de equivalência patrimonial	360.915	44.086	4.892	669	23.608	111	18.434.299
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.324.691	3.018.079	69.828	15.833	76.213	555	58.450.525
Aumento/redução de capital	–	75.000	–	–	–	–	75.000
Dividendos e juros sobre capital próprio	(662.636)	–	–	–	(22.149)	–	(684.785)
Ajustes de avaliação patrimonial	4.555	(69.312)	–	–	–	–	(64.757)
Amortização de ajuste a valor justo - combinação de negócio	(45.898)	–	–	–	–	–	(45.898)
Resultado de equivalência patrimonial	699.132	47.474	4.751	(2.611)	24.236	85	18.773.086
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.319.844	3.071.241	74.579	13.222	78.300	640	54.455.880

12. IMOBILIZADO

* continuação

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Ano de aviso do sinistro						
	Até 2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Líquido de resseguro							
Montante estimado para os sinistros							
No ano do aviso	18.050.248	4.710.836	5.160.143	5.386.526	7.428.457	7.408.255	7.408.255
Um ano após o aviso	15.024.840	4.548.157	5.039.911	5.236.860	7.230.899		7.230.899
Dois anos após o aviso	15.001.053	4.587.375	5.005.616	5.246.432			5.246.432
Três anos após o aviso	15.085.582	4.562.541	5.013.664				5.013.664
Quatro anos após o aviso	15.139.135	4.567.667					4.567.667
Cinco anos ou mais após o aviso	15.200.208						15.200.208
Estimativa de sinistros incorridos até dezembro de 2022	15.200.208	4.567.667	5.013.664	5.246.432	7.230.899	7.408.255	44.667.125
Estimativa de sinistros incorridos antes de 2017							437.559
Pagamentos efetuados até dezembro de 2022	14.399.611	4.434.975	4.848.286	5.077.525	7.029.152	6.103.053	41.892.602
Pagamentos efetuados antes de 2017							119.252
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise							3.092.830
Provisão agregada de sinistros em 31 de dezembro de 2022 (*)							1.169.760
Estimativa de salvados							(59.101)
Retrosscasso							3.849
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)							4.207.338

	Ano de aviso do sinistro						
	Até 2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Montante de sinistros pagos							
No ano do aviso	12.735.516	3.660.480	3.951.022	4.179.766	5.853.303	6.103.053	6.103.053
Um ano após o aviso	13.601.989	4.282.208	4.736.687	5.012.322	7.029.152		7.029.152
Dois anos após o aviso	13.889.763	4.352.739	4.804.454	5.077.525			5.077.525
Três anos após o aviso	14.086.904	4.401.970	4.848.286				4.848.286
Quatro anos após o aviso	14.255.659	4.434.975					4.434.975
Cinco anos ou mais após o aviso	14.399.611						14.399.611
Pagamentos efetuados até dezembro de 2022	14.399.611	4.434.975	4.848.286	5.077.525	7.029.152	6.103.053	41.892.602
Pagamentos efetuados antes de 2017							119.252
(*) Refere-se ao montante das provisões de PDR, IBNR e IBNeR, o qual não é possível segregar por sinistros. (**) O saldo de sinistros pagos não complementa pagamentos com PET e PDR no montante de R\$ 304.330.							

16. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

	Consolidado	
	2022	2021
Prêmios a restituir	106.860	31.691
Operações com seguradoras	46.533	42.350
Operações com resseguradoras (a)	1.502.288	1.224.169
Corretores de seguros e resseguros	2.091.892	2.015.176
Outros débitos operacionais (b)	282.737	510.953
Total	4.030.310	3.824.339

a) Composição de operações com resseguradoras

	Consolidado	
	2022	2021
Prêmios cedidos a liquidar	1.708.735	1.422.622
Comissão a recuperar	(227.266)	(216.406)
Outros	20.819	19.953
Total	1.502.288	1.224.169

b) Composição de outros débitos operacionais

	Consolidado	
	2022	2021
Provisão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR	136.832	408.802
Estipulantes de seguros	78.864	66.229
Outros	67.041	35.922
Total	282.737	510.953

17. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO E OUTROS PASSIVOS

a) Passivo de arrendamento

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	494.506	437.727
Constituição de novos contratos	6.197	7.683
Pagamentos	(88.659)	(61.873)
Apropriação dos juros	54.925	47.879
Remensuração	96.956	97.348
Baixa	(1.582)	(34.630)
Saldo final	562.313	494.506

A taxa média ponderada utilizada para cálculo de desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 10,27% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (10,27% a.a. em 31 de dezembro de 2021). Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado destes passivos financeiros.

a. Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos:

	Até 1 ano	De 1 ano a 2 anos	De 2 anos a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
	118.045	69.232	152.956	222.080	562.313

b) Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores	16.894	10.501	625.813	229.873
Depósitos de terceiros	—	—	200.811	208.908
Impostos e contribuições	1.878	24.346	545.024	499.892
Impostos e encargos sociais a recolher	320	675	234.866	201.665
Dividendos a pagar	173.872	111.891	173.872	111.891
Encargos trabalhistas	—	—	59.040	54.272
Outras contas a pagar	9.217	—	155.684	149.868
Total	202.181	147.413	1.995.110	1.455.369

18. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

Natureza	2022		2021	
	Provisões judiciais	Depósitos judiciais (*)	Provisões judiciais	Depósitos judiciais (*)
Fiscais	1.400.370	1.576.717	1.378.434	1.481.572
PIS/COFINS	1.346.404	1.494.112	1.314.217	1.423.135
PIS/COFINS (multa de mora)	—	21.565	—	36.244
CSLL	11.141	11.058	11.412	11.412
Outros	42.825	51.814	53.159	10.781
Trabalhista	62.383	13.505	61.906	9.034
Cíveis	59.582	8.756	74.792	23.274
Outros	13.209	205	13.209	12.120
Total	1.535.544	1.599.183	1.515.132	1.526.000

(*) Os depósitos judiciais não contemplam os depósitos judiciais relacionados a sinistros no valor de R\$ 95.366 (R\$ 107.259 em 31 de dezembro de 2021).

b) Composição das ações judiciais por natureza fiscais, trabalhista e cível e por probabilidade de perda

Probabilidade de perda	2022			2021		
	Quantidade	Valor do risco	Valor provisionado	Quantidade	Valor do risco	Valor provisionado
Fiscais	41	3.363.900	1.400.370	38	3.143.099	1.365.225
Provável	7	1.348.100	1.349.100	9	1.286.272	1.286.272
Possível	34	2.015.800	52.270	29	1.846.827	68.953
Cíveis	13.324	427.278	62.383	19.821	402.058	74.792
Provável	3.854	62.383	62.383	5.807	77.323	74.792
Possível	7.112	291.048	—	5.982	256.981	—
Remota	2.339	73.847	—	8.032	67.754	—
Trabalhistas	791	192.620	59.582	739	168.755	61.906
Provável	306	59.582	59.582	306	61.906	61.906
Possível	91	21.377	—	79	9.274	—
Remota	394	111.661	—	354	97.575	—
Outros	1	13.209	13.209	1	13.209	13.209
Total	14.157	3.997.007	1.535.544	20.599	3.727.121	1.515.132

Processos trabalhistas: O GRUPO responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre o GRUPO e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final destes processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos e da Administração.

Processos cíveis: Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, incluindo danos morais (quando não relacionados a cobertura securitária), ou ainda relacionados a cobertura securitárias pleiteada em casos em que se constate ausência de apólice, ou sobre riscos ocorridos fora da vigência da apólice. Os valores provisionados são atualizados mensalmente de acordo com a taxa IPCA-E e INPC, trabalhistas e cíveis, respectivamente, acrescidas de juros.

Processos fiscais: As empresas do GRUPO possuem discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados, assim como os depósitos judiciais que possui, são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC. As principais ações fiscais em 31 de dezembro de 2022 são:

Tese	Período	Risco de Perda	Provisão		Depósito		Valor do risco	
			2022	2021	2022	2021	2022	2021
COFINS Prêmio de Seguros 9.718/98	02/99 a 12/14	Possível	—	—	4.463	4.051	13.982	13.142
	02/99 a 12/14	Provável	14.842	14.226	15.701	15.062	14.842	14.226
	05/99 a 05/09	Provável	655.842	627.846	660.595	632.340	655.842	627.846
COFINS Receita Financeira 9.718/98	05/99 a 05/09	Possível	—	—	23.331	22.314	128.060	122.621
PIS Receita Financeira 9.718/98	05/99 a 11/00 e 08/05 a 12/13	Possível	—	—	—	—	—	—
	05/99 a 11/00 e 08/05 a 12/13	Provável	178.361	168.136	186.021	175.336	178.361	168.136
PIS Receita Financeira 9.718/98	05/99 a 11/00 e 08/05 a 12/13	Possível	—	—	—	—	4.088	2.937
COFINS Receita Financeira (IX) 9.718/98	05/99 a 12/14	Possível	—	—	—	—	78.903	91.319
	05/99 a 12/14	Provável	486.567	462.742	568.001	542.707	486.567	462.742
PIS Receita Financeira 9.718/98	05/99 a 12/14	Possível	—	—	—	—	12.822	4.102
	06/09 a 12/14	Possível	—	—	725	658	2.267	2.129
COFINS Receita Financeira 9.718/98	06/09 a 12/14	Possível	—	—	—	—	94.507	88.782
PIS Receita Financeira 9.718/98	12/13 a 12/14	Possível	—	—	—	—	15.357	14.427
COFINS Receita Financeira 12.973/14	01/14 a 12/21 e 01/18 a 10/19	Possível	—	—	19.033	17.789	511.389	407.005
	01/14 a 12/21 e 01/18 a 10/19	Provável	—	—	3.093	2.891	83.100	66.175
PIS Receita Financeira 12.973/14	01/18 a 10/19	Possível	—	—	—	—	907	986
PIS/COFINS s/carregamento de título de capitalização	—	Possível	—	—	—	—	1.889	1.590
PIS/COFINS Receitas de prêmios e previdência	—	Possível	—	—	—	—	—	—
Provável			1.335.612	1.272.950	1.430.318	1.365.445	1.335.612	1.272.950
Possível			—	—	50.645	47.703	979.282	843.286
Total			1.335.612	1.272.950	1.480.963	1.413.148	2.314.894	2.116.236

Nota	Tese	Período	Risco de Perda	Provisão		Depósito		Valor do risco	
				2022	2021	2022	2021	2022	2021
1	PIS EC 17/1997 e PIS EC 10/1996	07/1997 a 01/1999	Possível	21.101	28.057	21.389	24.436	21.101	28.057
2	IRPJ/CSLL PC/BTNF	01/1996 a 07/1996	Possível	—	—	20.147	19.390	—	—
3	PIS/COFINS Multa	01/2013 a 10/2013	Possível	—	—	21.565	20.136	21.565	20.144
4	IRPJ/CSLL Glosa de despesas	2010 a 2011	Possível	377	353	377	353	377	51.58
5	PIS/COFINS juros parc. DPVAT e Assist 24 h	2013 a 2014	Possível	—	—	1.777	1.659	35.525	11.099
6	PIS/COFINS juros de parcelamento	01/2015 a 12/2016	Possível	—	—	—	—	6.812	6.283
7	INSS sobre PLR	01/2000 a 12/2006	Possível	—	—	11.646	10.758	8.937	7.924
8	INSS Diferencial de alíquota RAT	01/2000 a 12/2006	Possível	41.583	53.159	6.733	6.439	49.066	46.953
9	INSS Refis	01/2013 a 12/2014	Possível	—	—	—	—	23	—

MAPFRE Participações S.A.

CNPJ: 12.264.857/0001-06



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras Individuais, referentes à MAPFRE Participações S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e estão sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As referidas demonstrações financeiras estão sendo acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

Resultado do exercício

Em 2022, a MAPFRE Participações S.A. apresentou um lucro de R\$ 46,9 milhões, obtidos substancialmente de equivalência patrimonial de suas controladas:

- Lucro de R\$ 7,0 milhões pelas carteiras de Auto e Seguros Gerais.
- Lucro de R\$ 42,9 milhões pelas carteiras de Vida.
- Lucro de R\$ 6,3 milhões no segmento de Capitalização.
- Prejuízo de R\$ (9,5) milhões no segmento de Previdência.

Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos
Os acionistas da MAPFRE Participações S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, será a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de lucros - estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes.

Sustentabilidade

Em 2022, a MAPFRE traçou sua Estratégia Global de Sustentabilidade, que resultou no Plano de Sustentabilidade 22-24, que define o seu posicionamento estratégico e os seus principais projetos e iniciativas em relação às questões ASG (ambientais, sociais e de governança) e de negócios para os próximos anos.

O Plano contempla os compromissos globais de sustentabilidade assumidos pela Companhia, com foco nos grandes desafios enfrentados atualmente pelo mundo: as mudanças climáticas, a necessidade de uma economia mais circular, a inclusão, a educação financeira e de seguros, o envelhecimento da sociedade, os negócios e demandas sociais e os desafios de um portfólio de produtos e serviços cada vez mais sustentável, em linha com as oportunidades e ameaças de um cenário socioeconômico e climático em plena transformação.

Fundação MAPFRE

Por meio da Fundação MAPFRE, uma instituição sem fins lucrativos, a MAPFRE contribui para o desenvolvimento da sociedade com a realização de iniciativas nas áreas de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguro e Previdência Social, Cultura e Ação Social.

Em 2022, os programas promovidos para melhorar as condições de vida de grupos desfavorecidos, reduzir os acidentes de trânsito, disseminar o acesso à informação, à prevenção, à inovação e à pesquisa, ampliando a diversidade cultural da sociedade beneficiaram mais de 11,3 milhões de pessoas, sendo 7 milhões de beneficiários online e 4,3 milhões de beneficiários presenciais.

Controles Internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável.

Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias e dar confiabilidade às práticas adotadas o que é informado às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os testes referem-se: ao acompanhamento de novas regulamentações, aos procedimentos e escopo de lavagem de dinheiro, à prevenção de lavagem de dinheiro e às fraudes, à segurança física e lógica, ao plano de continuidade de negócios e à atividade de mapeamento de processos.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, e alterações, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas e operações de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e aos ilícitos ilícitos. O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Misericórdia, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutária para acompanhamento.

Governança de Dados e Segurança da Informação

A Administração reafirma o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes. Diante dos desafios da era digital das informações, além do monitoramento e escopo de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e aos ilícitos ilícitos, a segurança da informação é uma das prioridades da Administração. O GRUPO MAPFRE possui uma política de segurança da informação robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada à nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei n. 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 25 de abril de 2023.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante		68.835	45.285	Circulante		11.459	11.032
Equivalente de caixa		15	52	Dividendos a pagar	8	11.142	10.472
Aplicações	5	51.260	9.046	Fornecedores e outras contas a pagar	8	223	225
Contas a receber e outros recebíveis	6	13.356	32.551	Passivo fiscal corrente	9	94	335
Ativo fiscal corrente	12b	4.006	3.586	Patrimônio líquido	10	3.304.328	3.253.932
Outros ativos		198	50	Capital social		2.555.043	2.480.043
Ativo não circulante		3.246.952	3.219.679	Reservas de capital		261.343	261.343
Aplicações	5	5.083	-	Reservas de lucros		766.455	720.219
Investimentos	7	3.241.869	3.219.679	Ajustes de avaliação patrimonial		(278.513)	(207.673)
Total do ativo		3.315.787	3.264.964	Total do passivo e patrimônio líquido		3.315.787	3.264.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

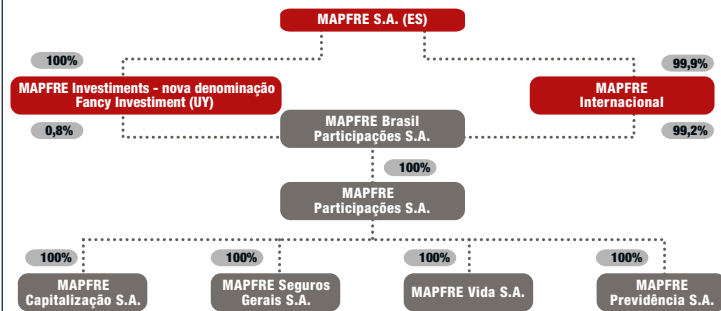
Saldo em 1º de janeiro de 2021	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de investimentos			
2.390.043	261.343	98.106	717.703	141.372	-	3.608.567	
90.000	-	-	-	(349.045)	-	(349.045)	
-	-	-	(39.204)	-	-	(39.204)	
-	-	-	(90.000)	-	-	(90.000)	
-	-	-	-	44.086	-	44.086	
-	-	2.204	-	(2.204)	-	-	
-	-	-	31.410	(10.472)	-	(10.472)	
-	-	-	-	(31.410)	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.480.043	261.343	100.310	619.909	(207.673)	3.253.932	
Aumento de capital - AGE de 30 de junho de 2022	75.000	-	-	-	-	75.000	
Ajustes de dividendos 2021 para reserva de investimentos	-	-	-	10.472	-	10.472	
Aborçimentos de avaliação patrimonial (controladas)	-	-	-	-	(70.840)	(70.840)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	46.906	46.906	
Reserva legal	-	-	-	-	(2.345)	(2.345)	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(11.142)	(11.142)	
Reserva de investimentos	-	-	-	-	(33.419)	(33.419)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.555.043	261.343	102.655	663.800	(278.513)	3.304.328	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Participações S.A. é uma sociedade por ações que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias que desenvolvam atividades relacionadas a operações nos ramos de: i. seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; ii. seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral; iii. previdência e capitalização. A MAPFRE Participações S.A. está sediada na Avenida das Nações Unidas, n. 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ nº 12.264.857/0001-06. Em 31 de dezembro de 2022, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A MAPFRE Participações S.A. está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC nº 36 - Demonstração Consolidada, considerando os seguintes fatores: i. Não há objeção dos acionistas quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; ii. A MAPFRE Participações S.A. não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; iii. A MAPFRE Participações S.A. não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou outro órgão regulador; e iv. A controladora direta da MAPFRE Participações S.A. que é a MAPFRE Brasil Participações S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras individuais para períodos contábeis de 12 meses, em 2021 e 2022 e consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de abril de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Continuidade:** A Administração considera que a MAPFRE Participações S.A. possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A moda funcional da Companhia é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e avaliações que afetam a apresentação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e julgamentos, estimativas e avaliações que afetam a apresentação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras individuais, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as seguintes situações: i. ativos e passivos de longo prazo que não são classificados como não circulantes; ii. ativos e passivos de longo prazo que não são classificados como não circulantes; iii. ativos e passivos de longo prazo que não são classificados como não circulantes; iv. ativos e passivos de longo prazo que não são classificados como não circulantes. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** A IFRS 9 (CPC 48) que substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39), entrou em vigor para os períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2018 e em maio de 2021, o CPC emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguros, norma equivalente a IFRS 17. Essas normas trazem mudanças na contabilidade de contratos de seguro, resseguro e instrumentos financeiros e deverão ter impacto no Patrimônio Líquido da Companhia no período de aplicação inicial. A Companhia deve aplicar estas novas normas a partir de 1º de janeiro de 2023. **g) Políticas contábeis:** O objetivo das demonstrações financeiras individuais é fornecer informações úteis para a tomada de decisão. Qualquer grupo de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial, se houver; i. Quaisquer grupos de contratos que não são reconhecidos inicialmente, não tem possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente, se houver; i. Quaisquer grupos de contratos remanescentes na carteira. Quando um contrato é reconhecido, ele é adicionado a um grupo de contratos existente, considerando os cortes anuais, ou, se o contrato não se qualificar para inclusão em um grupo existente, ele forma um novo grupo ao qual contratos futuros podem ser adicionados. Contratos de resseguro são estabelecidos de forma que cada grupo inclua um único contrato. O nível de requisitos de agregação da IFRS 17 limita a compensação de ganhos em grupos de contratos rentáveis, que geralmente são detidos como uma CSM, com perdas em grupos de contratos onerosos, que são reconhecidos imediatamente. **ii) Limites do contrato:** De acordo com a IFRS 17, a mensuração de um grupo de contratos inclui todos os fluxos de caixa futuros dentro do limite de cada contrato no grupo. Em comparação com a contabilidade atual, o GRUPO MAPFRE espera que, para certos contratos, os requisitos de limite de contratos da IFRS 17 alterem o escopo dos fluxos de caixa a serem incluídos na mensuração de contratos reconhecidos existentes, em oposição a contratos futuros não reconhecidos. O período coberto pelos prêmios dentro do limite de contrato é o período de cobertura do contrato. **iii) Reconhecimento de contratos de seguro, os fluxos de caixa se enquadram no âmbito do contrato se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período de apresentação das demonstrações financeiras, sob o qual o GRUPO MAPFRE pode obrigar o detentor da aplicação a pagar prêmios ou tem uma obrigação substantiva de prestar serviços. Uma obrigação substantiva de fornecer serviços termina quando: - O GRUPO MAPFRE tem a capacidade prática de reavaliar os riscos do segurado específico e pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente esses riscos reavaliados. - O GRUPO MAPFRE tem a capacidade prática de reavaliar o risco da carteira de contratos de seguro que emitiu o contrato e pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente os riscos dessa carteira; e o preço dos prêmios até a data de reavaliação não leva em conta os riscos relacionados a períodos após a data de reavaliação. Para os contratos de resseguro, os fluxos de caixa estão dentro do limite do contrato se forem decorrentes de direitos e obrigações substantivas que existam durante o período de reporte no qual o GRUPO MAPFRE é obrigado a pagar valores à resseguradora ou tem direito substancial para receber serviços da resseguradora. O direito substancial de receber serviços do ressegurador termina quando o ressegurador não possui contratos com participação discricionária - DPF. **iv) Nível de agregação:** De acordo com a IFRS 17, os contratos de seguro são agregados em grupos para fins mensuração. Os grupos de contratos foram determinados identificando primeiramente as carteiras de contratos, cada uma compreendendo contratos sujeitos a riscos similares e administrados em conjunto. Cada carteira é dividida em cortes anuais (ou seja, por ano de subscrição) e cada corte anual em três grupos: - Qualquer grupo de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial, se houver; i. Quaisquer grupos de contratos que não são reconhecidos inicialmente, não tem possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente, se houver; i. Quaisquer grupos de contratos remanescentes na carteira. Quando um contrato é reconhecido, ele é adicionado a um grupo de contratos existente, considerando os cortes anuais, ou, se o contrato não se qualificar para inclusão em um grupo existente, ele forma um novo grupo ao qual contratos futuros podem ser adicionados. Contratos de resseguro são estabelecidos de forma que cada grupo inclua um único contrato. O nível de requisitos de agregação da IFRS 17 limita a compensação de ganhos em grupos de contratos rentáveis, que geralmente são detidos como uma CSM, com perdas em grupos de contratos onerosos, que são reconhecidos imediatamente. **iii) Limites do contrato:** De acordo com a IFRS 17, a mensuração de um grupo de contratos inclui todos os fluxos de caixa futuros dentro do limite de cada contrato no grupo. Em comparação com a contabilidade atual, o GRUPO MAPFRE espera que, para certos contratos, os requisitos de limite de contratos da IFRS 17 alterem o escopo dos fluxos de caixa a serem incluídos na mensuração de contratos reconhecidos existentes, em oposição a contratos futuros não reconhecidos. O período coberto pelos prêmios dentro do limite de contrato é o período de cobertura do contrato. **iii) Reconhecimento de contratos de seguro, os fluxos de caixa se enquadram no âmbito do contrato se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período de apresentação das demonstrações financeiras, sob o qual o GRUPO MAPFRE pode obrigar o detentor da aplicação a pagar prêmios ou tem uma obrigação substantiva de prestar serviços. Uma obrigação substantiva de fornecer serviços termina quando: - O GRUPO MAPFRE tem a capacidade prática de reavaliar os riscos do segurado específico e pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente esses riscos reavaliados. - O GRUPO MAPFRE tem a capacidade prática de reavaliar o risco da carteira de contratos de seguro que emitiu o contrato e pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente os riscos dessa carteira; e o preço dos prêmios até a data de reavaliação não leva em conta os riscos relacionados a períodos após a data de reavaliação. Para os contratos de resseguro, os fluxos de caixa estão dentro do limite do contrato se forem decorrentes de direitos e obrigações substantivas que existam durante o período de reporte no qual o GRUPO MAPFRE é obrigado a pagar valores à resseguradora ou tem direito substancial para receber serviços da resseguradora. O direito substancial de receber serviços do ressegurador termina quando o ressegurador não possui contratos com participação discricionária - DPF. **iv) Nível de agregação:** De acordo com a IFRS 17, os contratos de seguro são agregados em grupos para fins mensuração. Os grupos de contratos foram determinados identificando primeiramente as carteiras de contratos, cada uma compreendendo contratos sujeitos a riscos similares e administrados em conjunto. Cada carteira é dividida em cortes anuais (ou seja, por ano de subscrição) e cada corte anual em três grupos: - Qualquer grupo de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial, se houver; i. Quaisquer grupos de contratos que não são reconhecidos inicialmente, não tem possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente, se houver; i. Quaisquer grupos de contratos remanescentes na carteira. Quando um contrato é reconhecido, ele é adicionado a um grupo de contratos existente, considerando os cortes anuais, ou, se o contrato não se qualificar para inclusão em um grupo existente, ele forma um novo grupo ao qual contratos futuros podem ser adicionados. Contratos de resseguro são estabelecidos de forma que cada grupo inclua um único contrato. O nível de requisitos de agregação da IFRS 17 limita a compensação de ganhos em grupos de contratos rentáveis, que geralmente são detidos como uma CSM, com perdas em grupos de contratos onerosos, que são reconhecidos imediatamente. **iii) Limites do contrato:** De acordo com a IFRS 17, a mensuração de um grupo de contratos inclui todos os fluxos de caixa futuros dentro do limite de cada contrato no grupo. Em comparação com a contabilidade atual, o GRUPO MAPFRE espera que, para certos contratos, os requisitos de limite de contratos da IFRS 17 alterem o escopo dos fluxos de caixa a serem incluídos na mensuração de contratos reconhecidos existentes, em oposição a contratos futuros não reconhecidos. O período coberto pelos prêmios dentro do limite de contrato é o período de cobertura do contrato. **iii) Reconhecimento de contratos de seguro, os fluxos de caixa se enquadram no âmbito do contrato se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período de apresentação das demonstrações financeiras, sob o qual o GRUPO MAPFRE pode obrigar o detentor da aplicação a pagar prêmios ou tem uma obrigação substantiva de prestar serviços. Uma obrigação substantiva de fornecer serviços termina quando: - O GRUPO MAPFRE tem a capacidade prática de reavaliar os riscos do segurado específico e pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente esses riscos reavaliados. - O GRUPO MAPFRE tem a capacidade prática de reavaliar o risco da carteira de contratos de seguro que emitiu o contrato e pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente os riscos dessa carteira; e o preço dos prêmios até a data de reavaliação não leva em conta os riscos relacionados a períodos após a data de reavaliação. Para os contratos de resseguro, os fluxos de caixa estão dentro do limite do contrato se forem decorrentes de direitos e obrigações substantivas que existam durante o período de reporte no qual o GRUPO MAPFRE é obrigado a pagar valores à resseguradora ou tem direito substancial para receber serviços da resseguradora. O direito substancial de receber serviços do ressegurador termina quando o ressegurador não possui contratos com participação discricionária - DPF. **iv) Nível de agregação:** De acordo com a IFRS 17, os contratos de seguro são agregados em grupos para fins mensuração. Os grupos de contratos foram determinados identificando primeiramente as carteiras de contratos, cada uma compreendendo contratos sujeitos a riscos similares e administrados em conjunto. Cada carteira é dividida em cortes anuais (ou seja, por ano de subscrição) e cada corte anual em três grupos: - Qualquer grupo de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial, se houver; i. Quaisquer grupos de contratos que não são reconhecidos inicialmente, não tem possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente, se houver; i. Quaisquer grupos de contratos remanescentes na carteira. Quando um contrato é reconhecido, ele é adicionado a um grupo de contratos existente, considerando os cortes anuais, ou, se o contrato não se qualificar para inclusão em um grupo existente, ele forma um novo grupo ao qual contratos futuros podem ser adicionados. Contratos de resseguro são estabelecidos de forma que cada grupo inclua um único contrato. O nível de requisitos de agregação da IFRS 17 limita a compensação de ganhos em grupos de contratos rentáveis, que geralmente são detidos como uma CSM, com perdas em grupos de contratos onerosos, que são reconhecidos imediatamente. **iii) Limites do contrato:** De acordo com a IFRS 17, a mensuração de um grupo de contratos inclui todos os fluxos de caixa futuros dentro do limite de cada contrato no grupo. Em comparação com a contabilidade atual, o GRUPO MAPFRE espera que, para certos contratos, os requisitos de limite de contratos da IFRS 17 alterem o escopo dos fluxos de caixa a serem incluídos na mensuração de contratos reconhecidos existentes, em oposição a contratos futuros não reconhecidos. O período coberto pelos prêmios dentro do limite de contrato é o período de cobertura do contrato. **iii) Reconhecimento de contratos de seguro, os fluxos de caixa se enquadram no âmbito do contrato se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período de apresentação das demonstrações financeiras, sob o qual o GRUPO MAPFRE pode obrigar o detentor da aplicação a pagar prêmios ou tem uma obrigação substantiva de prestar serviços. Uma obrigação substantiva de fornecer serviços termina quando: - O GRUPO MAPFRE tem a capacidade prática de reavaliar os riscos do segurado específico e pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente esses riscos reavaliados. - O GRUPO MAPFRE tem a capacidade prática de reavaliar o risco da carteira de contratos de seguro que emitiu o contrato e pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente os riscos dessa carteira; e o preço dos prêmios até a data de reavaliação não leva em conta os riscos relacionados a períodos após a data de reavaliação. Para os contratos de resseguro, os fluxos de caixa estão dentro do limite do contrato se forem decorrentes de direitos e obrigações substantivas que existam durante o período de reporte no qual o GRUPO MAPFRE é obrigado a pagar valores à resseguradora ou tem direito substancial para receber serviços da resseguradora. O direito substancial de receber serviços do ressegurador termina quando o ressegurador não possui contratos com participação discricionária - DPF. **iv) Nível de agregação:** De acordo com a IFRS 17, os contratos de seguro são agregados em grupos para fins mensuração. Os grupos de contratos foram determinados identificando primeiramente as carteiras de contratos, cada uma compreendendo contratos sujeitos a riscos similares e administrados em conjunto. Cada carteira é dividida em cortes anuais (ou seja, por ano de subscrição) e cada corte anual em três grupos: - Qualquer grupo de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial, se houver; i. Quaisquer grupos de contratos que não são reconhecidos inicialmente, não tem possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente, se houver; i. Quaisquer grupos de contratos remanescentes na carteira. Quando um contrato é reconhecido, ele é adicionado a um grupo de contratos existente, considerando os cortes anuais, ou, se o contrato não se qualificar para inclusão em um grupo existente, ele forma um novo grupo ao qual contratos futuros podem ser adicionados. Contratos de resseguro são estabelecidos de forma que cada grupo inclua um único contrato. O nível de requisitos de agregação da IFRS 17 limita a compensação de ganhos em grupos de contratos rentáveis, que geralmente são detidos como uma CSM, com perdas em grupos de contratos onerosos, que são reconhecidos imediatamente. **iii) Limites do contrato:** De acordo com a IFRS 17, a mensuração de um grupo de contratos inclui todos os fluxos de caixa futuros dentro do limite de cada contrato no grupo. Em comparação com a contabilidade atual, o GRUPO MAPFRE espera que, para certos contratos, os requisitos de limite de contratos da IFRS 17 alterem o escopo dos fluxos de caixa a serem incluídos na mensuração de contratos reconhecidos existentes, em oposição a contratos futuros não reconhecidos. O período coberto pelos prêmios dentro do limite de contrato é o período de cobertura do contrato. **iii) Reconhecimento de contratos de seguro, os fluxos de caixa se enquadram no âmbito do contrato se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período de apresentação das demonstrações financeiras, sob o qual o GRUPO MAPFRE pode obrigar o detentor da aplicação a pagar prêmios ou tem uma obrigação substantiva de prestar serviços. Uma obrigação substantiva de fornecer serviços termina quando: - O GRUPO MAPFRE tem a capacidade prática de reavaliar os riscos do segurado específico e pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente esses riscos reavaliados. - O GRUPO MAPFRE tem a capacidade prática de reavaliar o risco da carteira de contratos de seguro que emitiu o contrato e pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente os riscos dessa carteira; e o preço dos prêmios até a data de reavaliação não leva em conta os riscos relacionados a períodos após a data de reavaliação. Para os contratos de resseguro, os fluxos de caixa estão dentro do limite do contrato se forem decorrentes de direitos e obrigações substantivas que existam durante o período de reporte no qual o GRUPO MAPFRE é obrigado a pagar valores à resseguradora ou tem direito substancial para receber serviços da resseguradora. O direito substancial de receber serviços do ressegurador termina quando o ressegurador não possui contratos com participação discricionária - DPF. **iv) Nível de agregação:** De acordo com a IFRS 17, os contratos de seguro são agregados em grupos para fins mensuração. Os grupos de contratos foram determinados identificando primeiramente as carteiras de contratos, cada uma compreendendo contratos sujeitos a riscos similares e administrados em conjunto. Cada carteira é dividida em cortes anuais (ou seja, por ano de subscrição) e cada corte anual em três grupos: - Qualquer grupo de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial, se houver; i. Quaisquer grupos de contratos que não são reconhecidos inicialmente, não tem possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente, se houver; i. Quaisquer grupos de contratos remanescentes na carteira. Quando um contrato é reconhecido, ele é adicionado a um grupo de contratos existente, considerando os cortes anuais, ou, se o contrato não se qualificar para inclusão em um grupo existente, ele forma um novo grupo ao qual contratos futuros podem ser adicionados. Contratos de resseguro são estabelecidos de forma que cada grupo inclua um único contrato. O nível de requisitos de agregação da IFRS 17 limita a compensação de ganhos em grupos de contratos rentáveis, que geralmente são detidos como uma CSM, com perdas em grupos de contratos onerosos, que são reconhecidos imediatamente. **iii) Limites do contrato:** De acordo com a IFRS 17, a mensuração de um grupo de contratos inclui todos os fluxos de caixa futuros dentro do limite de cada contrato no grupo. Em comparação com a contabilidade atual, o GRUPO MAPFRE espera que, para certos contratos, os requisitos de limite de contratos da IFRS 17 alterem o escopo dos fluxos de caixa a serem incluídos na mensuração de contratos reconhecidos existentes, em oposição a contratos futuros não reconhecidos. O período coberto pelos prêmios dentro do limite de contrato é o período de cobertura do contrato. **iii) Reconhecimento de contratos de seguro, os fluxos de caixa se enquadram no âmbito do contrato se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período de apresentação das demonstrações financeiras, sob o qual o GRUPO MAPFRE pode obrigar o detentor da aplicação a pagar prêmios ou tem uma obrigação substantiva de prestar serviços. Uma obrigação substantiva de fornecer serviços termina quando: - O GRUPO MAPFRE tem a capacidade prática de reavaliar os riscos do segurado específico e pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente esses riscos reavaliados. - O GRUPO MAPFRE tem a capacidade prática de reavaliar o risco da carteira de contratos de seguro que emitiu o contrato e pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente os riscos dessa carteira; e o preço dos prêmios até a data de reavaliação não leva em conta os riscos relacionados a períodos após a data de reavaliação. Para os contratos de resseguro, os fluxos de caixa estão dentro do limite do contrato se forem decorrentes de direitos e obrigações substantivas que existam durante o período de reporte no qual o GRUPO MAPFRE é obrigado a pagar valores à resseguradora ou tem direito substancial para receber serviços da resseguradora. O direito substancial de receber serviços do ressegurador termina quando o ressegurador não possui contratos com participação discricionária - DPF. **iv) Nível de agregação:** De acordo com a IFRS 17, os contratos de seguro são agregados em grupos para fins mensuração. Os grupos de contratos foram determinados identificando primeiramente as carteiras de contratos, cada uma compreendendo contratos sujeitos a riscos similares e administrados em conjunto. Cada carteira é dividida em cortes anuais (ou seja, por ano de subscrição) e cada corte anual em três grupos: - Qualquer grupo de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial, se houver; i. Quaisquer grupos de contratos que não são reconhecidos inicialmente, não tem possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente, se houver; i. Quaisquer grupos de contratos remanescentes na carteira. Quando um contrato é reconhecido, ele é adicionado a um grupo de contratos existente, considerando os cortes anuais, ou, se o contrato não se qualificar para inclusão em um grupo existente, ele forma um novo grupo ao qual contratos futuros podem ser adicionados. Contratos de resseguro são estabelecidos de forma que cada grupo inclua um único contrato. O nível de requisitos de agregação da IFRS 17 limita a compensação de ganhos em grupos de contratos rentáveis, que geralmente são detidos como uma CSM, com perdas em grupos de contratos onerosos, que são reconhecidos imediatamente. **iii) Limites do contrato:** De acordo com a IFRS 17, a mensuração de um grupo de contratos inclui todos os fluxos de caixa futuros dentro do limite de cada contrato no grupo. Em comparação com a contabilidade atual, o GRUPO MAPFRE espera que, para certos contratos, os requisitos de limite de contratos da IFRS 17 alterem o escopo dos fluxos de caixa a serem incluídos na mensuração de contratos reconhecidos existentes, em oposição a contratos futuros não reconhecidos. O período coberto pelos prêmios dentro do limite de contrato é o período de cobertura do contrato. **iii) Reconhecimento de contratos de seguro, os fluxos de caixa se enquadram no âmbito do contrato se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período de apresentação das demonstrações financeiras, sob o qual o GRUPO MAPFRE pode obrigar o detentor da aplicação a pagar prêmios ou tem uma obrigação substantiva de prestar serviços. Uma obrigação substantiva de fornecer serviços termina quando: - O GRUPO MAPFRE tem a capacidade prática de reavaliar os riscos do segurado específico e pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente esses riscos reavaliados. - O GRUPO MAPFRE tem a capacidade prática de reavaliar o risco da carteira de contratos de seguro que emitiu o contrato e pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente os riscos dessa carteira; e o preço dos prêmios até a data de reavaliação não leva em conta os riscos relacionados a períodos após a data de reavaliação. Para os contratos de resseguro, os fluxos de caixa estão dentro do limite do contrato se forem decorrentes de direitos e obrigações substantivas que existam durante o período de reporte no qual o GRUPO MAPFRE é obrigado a pagar valores à resseguradora ou tem direito substancial para receber serviços da resseguradora. O direito substancial de receber serviços do ressegurador termina quando o ressegurador não possui contratos com participação discricionária - DPF. **iv) Nível de agregação:** De acordo com a IFRS 17, os contratos de seguro são agregados em grupos para fins mensuração. Os grupos de contratos foram determinados identificando primeiramente as carteiras de contratos, cada uma compreendendo contratos sujeitos a riscos similares e administrados em conjunto. Cada carteira é dividida em cortes anuais (ou seja, por ano de subscrição) e cada corte anual em três grupos: - Qualquer grupo de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial, se houver; i. Quaisquer grupos de contratos que não são reconhecidos inicialmente, não tem possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente, se houver; i. Quaisquer grupos de contratos remanescentes na carteira. Quando um contrato é reconhecido, ele é adicionado a um grupo de contratos existente, considerando os cortes anuais, ou, se o contrato não se qualificar para inclusão em um grupo existente, ele forma um novo grupo ao qual contratos futuros podem ser adicionados. Contratos de resseguro são estabelecidos de forma que cada grupo inclua um único contrato. O nível de requisitos de agregação da IFRS 17 limita a compensação de ganhos em grupos de contratos rentáveis, que geralmente são detidos como uma CSM, com perdas em grupos de contratos onerosos, que são reconhecidos imediatamente. **iii) Limites do contrato:** De acordo com a IFRS 17, a mensuração**************

* continuação

MAPFRE Participações S.A. - CNPJ nº 12.264.857/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

receitas de juros sobre ativos financeiros, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados por meio do resultado a valor justo que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, que estão reconhecidos no resultado. **g) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre a base tributável. As despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido incluem os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados ao patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis. É mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, reconhecido no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A MAPFRE Participações S.A. atua como uma *holding* e desta forma, através de suas investidas apresenta exposição aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros, risco de subscrição, risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial para adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos (identificação, tratamento e monitoramento) conta com a participação de todas as camadas contempladas da Governança Corporativa, desde a Alta Administração até as áreas de negócios e de produtos. As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da MAPFRE estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de três linhas, envolvendo todo o Grupo MAPFRE Brasil e incluídas empresas do conglomerado como a MAPFRE RE (SCI e EGR unificado), estabelecendo: a) Primeira linha: composta por funcionários, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades e alterações como parte integrante do trabalho cotidiano. São eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para evitar os riscos associados aos processos de gestão e garantir que não sejam ultrapassados os limites estabelecidos; b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos; e c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, com a importância dos riscos corporativos quantitativos por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso. O gerenciamento dos riscos é apoiado pela Comissão de Riscos para que se realize o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, a minimização das lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A Gestão de Riscos no Grupo MAPFRE Brasil abrange a Gestão de Riscos Qualitativos e a Gestão de Riscos Quantitativos, dentro de um processo que permite a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da própria gestão de riscos, a vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é baseada em modelos estatísticos, tais como, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk - VaR*, indicadores de suficiência de capital. A estes modelos, adicionam-se os efeitos da gestão de riscos qualitativos para que se possa realizar a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação ou eliminação dos riscos corporativos. A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade, são elaborados planos de ação específicos para os riscos que são inaceitáveis pelo modelo adotado. Assim, melhorias são implementadas nas atividades de controle e eventuais desvios são corrigidos. O ambiente de controle e suporte, responsáveis por manter o controle efetivo dos investimentos realizados para o fortalecimento do processo interno de gestão de riscos e do programa de disseminação de cultura de riscos e controles. A Companhia conta com os seguintes comitês relacionados à gestão de riscos: **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no País, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas no controle de conformidade com a legislação vigente. O Conselho de Administração também tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outros, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos, planos, rotinas, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolve e executa, conforme o caso, as

5. APLICAÇÕES

a. **Composição por prazo e por nível hierárquico:** Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos.

Hierarquia a valor justo	Vencimento				Ativos Total
	Até 1 ano (A)	De 1 a 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)	Sem vencimento (D)	
Ativos					
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	10.007	39.306	-	(21)	49.292
Fundos de investimentos					
Quotas de fundos de investimentos	1	10.007	39.306	(21)	49.292
Ativos mantidos até o vencimento	1.968	-	5.083	-	7.051
Fundos de investimentos					
Quotas de fundos de investimentos	1	1.968	-	5.083	7.051
Total	11.975	39.306	5.083	(21)	56.343

Os fundos de investimentos investem em títulos públicos e operações compromissadas razão pela qual foi mantida a hierarquia a valor justo em nível 1.

b. **Hierarquia de valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos; **Nível 2:** *Inputs* exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. Não houve reclassificação entre as categorias de títulos e valores mobiliários no período. c. **Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda de (i) um dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

d. Movimentação:

	2021	Aplicações	Resgates	Rendimentos	2022
Valor justo por meio do resultado	9.046	86.114	(46.975)	1.107	49.292
Mantidos até o vencimento	9.046	6.743	-	308	7.051
Total	18.092	92.857	(46.975)	1.415	56.343

6. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Os títulos e créditos a receber são compostos por dividendos a receber das participações em investidas no montante de R\$ 13.356 (R\$ 32.551 em 31 de dezembro de 2021).

7. INVESTIMENTOS

a. **Composição e movimentações em controladas**

Dados das investidas	MAPFRE Seguros Gerais S.A.	MAPFRE Vida S.A.	MAPFRE Previdência S.A.	MAPFRE Capitalização S.A.	Total
	Capital social	2.483.177	505.166	156.274	
Quantidade de ações possuídas					
ON	1.747.693	55.471	715	13.847	
Percentual de participação	100%	100%	100%		
Total de ativos	15.111.001	1.071.653	3.157.401	208.092	
Total de passivos líquido de provisões judiciais	11.685.023	556.903	3.022.351	182.058	
Total de provisões judiciais	927.877	16.677	750	409	
Patrimônio líquido	2.498.101	498.072	134.300	25.624	
Total de receitas	8.600.898	814.575	91.174	35.26	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	7.030	42.892	(3.310)	6.304	
Saldo em 1º de janeiro de 2021	2.734.863	612.285	167.187	20.402	3.534.737

DIRETORIA

FERNANDO PEREZ-SERRABONA GARCIA - Presidente	FELIPE COSTA DA SILVEIRA NASCIMENTO	SIDNEY RODRIGUES	IVAN PARASKEVOPOULOS SILVA
--	-------------------------------------	------------------	----------------------------

CONTADORA

TALITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da **MAPFRE Participações S.A.**, São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE Participações (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Participações S.A. 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia, Seguradora ou Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da MAPFRE S.A.; **Comitê de Investimentos:** tem por finalidade orientar a Companhia em suas atividades de investimento, avaliando os investimentos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estímulos dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade e solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessoria-lhe no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; e **Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Gestão, tem por objetivo avaliar, analisar, avaliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controle interno, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita alçadas definidas pelo sistema normativo interno e externo. É sempre respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm regimentos com a definição de suas atribuições e níveis de reporte. A Auditoria Interna possui um importante papel em termos de análises do sistema de controles, apreciações sobre a qualidade do desempenho das atividades e cumprimento de atribuições, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. **Risco de subscrição:** As investidas definem risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem riscos significativos são aqueles onde as investidas possuem a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com existência de sinistros classificados como eventos de sinistro. Os principais passivos financeiros afetando os segurados de forma aditiva, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento as investidas entendem que o principal risco transferido é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros são maiores do que previsto nos contratos de seguro. O risco de prejuízo financeiro da MAPFRE Participações S.A. e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis representados, principalmente por caixa e equivalente de caixa, contas a receber e outros créditos. A exposição máxima que a MAPFRE Participações S.A. e suas controladas estão sujeitas para esse risco está representada pelos respectivos saldos consignados nas demonstrações financeiras individuais. **Risco de liquidez:** Representa o risco de que a MAPFRE Participações S.A. e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. Os principais passivos financeiros estão representados pelas obrigações decorrentes das contas a pagar, encargos e tributos a recolher, dividendos a pagar e outras obrigações. A MAPFRE Participações S.A. garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Gerenciamento do risco de liquidez:

	2022
Fluxo até 1 ano	64.628
Acima de 5 anos	11.365
Total	76.033
Fluxo até 1 ano	69.431
Total	11.365

(*) O fluxo de ativos considera o equivalente de caixa, outros investimentos e contas a receber e outros recebíveis. Os outros investimentos são substancialmente constituídos de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, classificadas na categoria valor justo por meio do resultado, podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa. (**) O fluxo de passivos considera dividendos, fornecedores e outras contas a pagar. **Risco de mercado:** É a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento dos preços de mercado, tais como taxas de juros e câmbio, que estão principalmente relacionadas à atualização de passivos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 (um) dia e de (B) frente a um patrimônio de R\$ 56.342 (R\$ 9.040 em 31 de dezembro de 2021) contemplando as carteiras administradas e os fundos a valor justo. **Risco operacional:** É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.

rentabilidade com base na taxa SELIC. • Taxa de desconto: O critério utilizado para a taxa de desconto é o CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), ou Modelo de Precificação de Ativos Financeiros, que considera o custo de capital correspondente à taxa de rentabilidade exigida pelos acionistas como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos.

Taxa de crescimento na perpetuidade 17,95% a.a.
3,53% a.a.
Sensibilidade mudanças nas premissas: As implicações de modificações nas principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir: • Premissas de taxa de crescimento: O cenário macroeconômico futuro e a alta volatilidade do mercado podem causar um impacto significativo nas premissas de taxas de crescimento. • Margem de contribuição: Uma redução na margem de contribuição, principalmente pelo descolamento da sinistralidade dos produtos projetados, acarretaria em prejuízo para aquela operação. • Taxa de desconto: Um aumento na taxa de desconto antes de impostos acarretaria em um maior comprometimento. Simulamos o efeito do impacto decorrente da modificação das premissas de taxa de desconto utilizadas na ordem de 3,75% na perpetuidade e concluímos que o valor recuperável permaneceria superior ao valor contábil.

8. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2022	2021
Dividendos a pagar	11.142	10.472
Fornecedores e outras contas a pagar	223	225
Total	11.365	10.697

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2022	2021
Provisão de IRPJ	52	331
Provisão de CSLL	11	-
Provisão de COFINS	27	3
Provisão de PIS	4	1
Total	94	335

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.555.043 (R\$ 2.480.043 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 1.803.936.002 ações nominativas e sem valor nominal das quais 994.665.757 (952.602.195 em 31 de dezembro de 2021) são ações ordinárias, 369.162.684 (369.162.684 em 31 de dezembro de 2021) são ações preferenciais classe "A" e 440.107.561 (440.107.561 em 31 de dezembro de 2021) são ações preferenciais classe "B". Sendo classe A os acionistas recebem valor mínimo de dividendos e classe B os acionistas tem um valor pré-definido a ser recebido. Em 29 de junho de 2022, aprovou-se o aumento de capital da Companhia em R\$ 75.000 mil, mediante a emissão de 42.063.562 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, por meio da conferência das ações representativas do capital social da MAPFRE Brasil Participações S.A. b) **Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro.

Lucro líquido do exercício 46.906
Constituição da reserva legal (5%) (2.345)
Lucro líquido ajustado 44.561

Dividendos mínimos obrigatórios 11.142
Total dos dividendos distribuídos 11.142

Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado 25%
Quantidade de ações:
Ações ordinárias 1.803.936.002
Dividendos distribuídos por ação: 0,01
Ações ordinárias 0,01

c) **Reserva de capital:** Reserva constituída pelo ágio absorvido da cisão total da empresa Aliança Rev Participações S.A., ocorrida em novembro de 2012, já acrescido do crédito tributário constituído sobre a referida parcela do ágio amortizado e deduzido da provisão para manutenção do patrimônio líquido. d) **Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. e) **Reserva de investimentos:** Criada na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de junho de 2013 com o saldo da Reserva de lucros e constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no Estatuto Social. f) **Ajustes de avaliação patrimonial:** Compreendem os ajustes aos títulos e valores mobiliários classificados como ativos financeiros disponíveis para venda e outros ajustes, líquido dos efeitos tributários, referente aos ajustes patrimoniais das investidas.

11. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	2022	2021
a) Despesas administrativas	(1.095)	(1.267)
Honorários com conselheiros	(836)	(715)
Serviços de terceiros	(124)	(110)
Localização e funcionamento	(10)	(211)
Despesas com donativos	-	(131)
Outras despesas administrativas	(125)	(100)
Despesas com tributos	(382)	(316)
INSS	(206)	(159)
IOF	(93)	(15)
COFINS	(71)	(122)
FAPAS/SEP	(12)	(20)
c) Resultado financeiro	1.779	3.044
Juros sobre ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	1.107	2.953
Juros sobre ativos financeiros mantido até o vencimento	308	-
Atualização monetária	364	91

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO
a) **Despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:**

	2022	2021		
Imposto social sobre o lucro líquido	(4.286)	(4.012)		
Contribuição social sobre o lucro líquido	(4.201)	(3.880)		
Imposto de renda	(11.722)	(11.119)		
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social sobre o lucro líquido à alíquota de 9%	(4.286)	(4.012)		
Resultado de equivalência patrimonial	11.671	10.778		
Diferenças permanentes	-	(32)		
Deduções incentivadas	-	21		
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido correntes	(51)	(352)		
Ajustes exercícios anteriores	-	8		
Despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(51)	(344)		
Alíquota efetiva (%)	0%	1%		
b) Créditos tributários e previdenciários				
Ativo	2021	Constituição	Reversão	2022
Tributos retidos na fonte	834	195	(834)	195
Tributos a compensar	2.752	1.173	(114)	3.811
Total circulante	3.586	1.368	(948)	4.006
Ativo	2020	Constituição	Reversão	2021
Tributos retidos na fonte	359	623	(148)	834
Tributos a compensar	2.622	134	(4)	2.752
Total circulante	2.981	757	(152)	3.586

13. **TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Administração define como partes relacionadas a MAPFRE Participações S.A., o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do GRUPO MAPFRE, seus Administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Os dividendos a receber de suas controladas totalizam o montante de R\$ 13.353 (R\$ 32.551 em 31 de dezembro de 2021). a) **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É estabelecido anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária, o montante global anual da remuneração e benefícios dos Administradores. Os montantes são pagos por outra Companhia do GRUPO MAPFRE. A Companhia não tem como política pagar aos empregados e Administradores remuneração baseada em ações. Os proventos de curto prazo dos conselheiros foram de R\$ 799 (R\$ 715 em 31 de dezembro de 2021).

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução nº 412/2021, de 30 de junho de 2021, do Conselho Nacional de Seguros Privados, tendo alcance sobre todas as suas Investidas.

	2022	2021
Ágio na aquisição de investimento	86.413	86.413
Total	86.413	86.413

Redução ao valor recuperável do ágio: A MAPFRE Participações S.A. realiza anualmente o teste de valor recuperável, ou sempre que houver indicativos de perda em qualquer unidade geradora de caixa, e neste teste utiliza-se uma consistente série de períodos de fechamento das demonstrações financeiras individuais anuais. Em 31 de dezembro de 2022 foi realizado teste de recuperabilidade para os ágios registrados, relativos à investida, consideradas como unidades geradoras de caixa, e segmentos operacionais que divulgam informações, sendo considerada, entre outros fatores, a relação entre resultado do fluxo de caixa descontado e seu valor contábil. **Unidade geradora de caixa:** O valor recuperável do ágio relacionado à MAPFRE Vida S.A. foi superior ao saldo contábil do investimento e o ágio registrado em 31 de dezembro de 2022. A apuração desse valor também é determinada com base nas projeções do fluxo de caixa descontado a partir de estimativas financeiras elaboradas pela Administração, para um período de dez anos, mais perpetuidade. A taxa de desconto, antes dos impostos, é aplicada às projeções de fluxo de caixa. O cálculo do valor em uso para as unidades geradoras de caixa é sensível às seguintes premissas: **Prêmios emitidos:** sinistralidade, comissionamento e despesas administrativas. Utilizou-se base histórica e expectativa de crescimento e desempenho de cada unidade geradora de caixa. **Financeiro:** Projeção da

relevante para as demonstrações financeiras individuais como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como ob

MAC Investimentos S.A.

CNPJ: 17.249.375/0001-92



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias das Demonstrações Financeiras Individuais, referentes às atividades da MAC Investimentos S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo os Pronunciamentos Contábeis - CPC em consonância às práticas contábeis prescritas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Resultado do exercício

Em 2022 a MAC Investimentos S.A. apresentou lucro de R\$ 6,1 milhões, obtidos substancialmente de equivalência patrimonial em Sociedades em Contas de Participação - SCP, resultante principalmente pela SCP - carteira aportada.

Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da MAC Investimentos S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos Acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado

100% à Reserva de lucros - estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes.

Para 2022, não serão distribuídos dividendos, visto que o lucro do exercício absorverá parte do prejuízo acumulado.

Sustentabilidade

Em 2022, a MAPFRE traçou sua Estratégia Global de Sustentabilidade, que resultou no Plano de Sustentabilidade 22-24, que define o seu posicionamento estratégico e os seus principais projetos e iniciativas em relação às questões ASG (ambientais, sociais e de governança) e de negócios para os próximos anos.

O Plano contempla os compromissos globais de sustentabilidade assumidos pela Companhia, com foco nos grandes desafios enfrentados atualmente pelo mundo: as mudanças climáticas, a necessidade de uma economia mais circular, a inclusão, a educação financeira e de seguros, o envelhecimento da sociedade, os negócios e demandas sociais e os desafios de um portfólio de

produtos e serviços cada vez mais sustentável, em linha com as oportunidades e ameaças de um cenário socioeconômico e climático em plena transformação.

FUNDACIÓN MAPFRE

Por meio da *Fundación MAPFRE*, uma instituição sem fins lucrativos, a MAPFRE contribui para o desenvolvimento da sociedade com a realização de iniciativas nas áreas de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguro e Previdência Social, Cultura e Ação Social.

Em 2022, os programas promovidos para melhorar as condições de vida de grupos desfavorecidos, reduzir os acidentes de trânsito, disseminar o acesso à informação, à prevenção, à inovação e à pesquisa, ampliando a diversidade cultural da sociedade beneficiaram mais de 11,3 milhões de pessoas, sendo 7 milhões de beneficiários *on-line* e 4,3 milhões de beneficiários presenciais.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros a confiança em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 26 de abril de 2023.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante	19.266	11.302	
Disponibilidades		295	27
Aplicações	5	14.152	7.518
Outros créditos	6	2.058	1.461
Créditos tributários	13b	2.761	2.296
Ativo não circulante		7.533	9.676
Realizável a longo prazo		2.024	4.165
Aplicações	5	2.024	4.165
Investimentos	7	5.508	5.508
Imobilizado		1	3
Total do ativo		26.799	20.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

	Nota	2022	2021
Passivo			
Circulante		166	294
Impostos e contribuições	8	9	6
Obrigações a pagar		1	61
Fornecedores	9	156	227
Passivo não circulante		404	587
Provisões judiciais	10	404	587
Patrimônio líquido	11	26.229	20.097
Capital social		61.000	61.000
Prejuízo acumulado		(34.771)	(40.903)
Total do passivo e patrimônio líquido		26.799	20.978

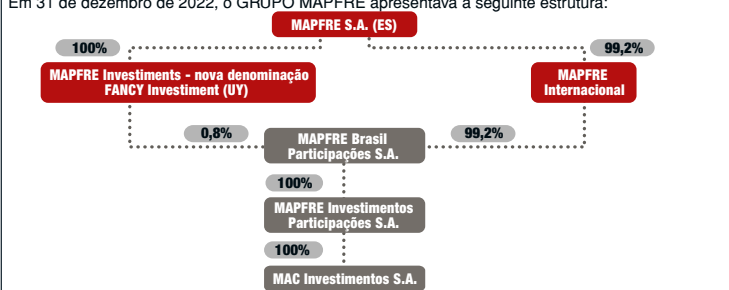
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAC Investimentos S.A. (doravante denominada por "Companhia"), é parte do GRUPO MAPFRE, sociedade por ações que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, administração de fundos por contrato ou comissão e a participação como acionista em instituições não financeiras. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida das Nações Unidas, n. 11.711, 21 andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ nº 17.249.375/0001-92.

A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2022, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:

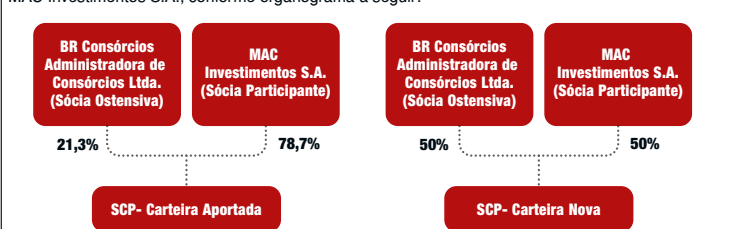


2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas com a observância das disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 e alterações introduzidas pelas Leis n. 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007 e n. 11.941/09, de 27 de maio de 2009, em consonância com as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de abril de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. A moda funcional da Companhia é de Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. **e) Nota 13 - Créditos tributários;** e **Nota 10 - Provisões judiciais;** **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras individuais, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i. Disponibilidades:* Incluem caixa e saldos em conta movimento com risco insignificante de mudança de seu valor justo. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo. *ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iv. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 5c. *v. Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados na rubrica "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **b) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. *ii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **c) Investimentos:** Os investimentos são feitos em Sociedade por Conta de Participação - (SCP), cuja participação da Companhia seja como sócio participante, os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A estruturação societária e operacional trata-se de associação das empresas BR Consórcios Administradora de Consórcios Ltda. ("BR Consórcios") e MAC Investimentos S.A., formalizada pela constituição de duas sociedades em conta de participação cujo objeto é a administração de consórcios de bens móveis, imóveis e serviços para clientes já existentes das partes diretamente envolvidas ("SCP - Carteira Aportada") e para novos clientes ("SCP - Carteira Nova"). Em ambos os casos a sócia ostensiva é a BR Consórcios e a sócia participante a MAC Investimentos S.A., conforme organograma a seguir:



d) Imobilizado: O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado de custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas de 10% para equipamentos e 20% para veículos. **e) Passivos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente, resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. **f) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **g) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda corrente e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens direcionados ao patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado

pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **Risco de crédito;** e **Risco de liquidez.** **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" - VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes Órgãos de Governança: **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no País, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao Conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente. **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolver e executar, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da MAPFRE S.A.; **Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as companhias da MAPFRE Brasil no que diz respeito aos investimentos dos seus ativos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativas dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessorará no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; e **Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros, como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, é realizado tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. **Gerenciamento do risco de crédito:** Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do mesmo grupo econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política e submete aos Comitês competentes, periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, sendo considerado um *rating* bem avaliado como AAA (risco soberano brasileiro). As agências avaliadoras de riscos são *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's*, como demonstrado no quadro abaixo:

	2022		2021	
	AAA	Sem rating	AAA	Sem rating
Títulos públicos de renda fixa (*)	16.183	16.183	10.749	10.749
Depósitos a prazo com garantia especial	-	-	-	937
Caixa/Contas a pagar/receber	-	(6)	(6)	(3)
Total	16.183	(6)	16.177	934

(*) Inclui operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado

	2022		2021	
	Fundos de investimentos	Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	Letras financeiras do tesouro - LFT	Participação de investimentos (*)
Caixa/Contas a pagar/receber	2	1.936	-	-
Total	2	1.936	-	-
Ativos mantidos até o vencimento	565	1.459	2.024	1.944
Fundos de investimentos	565	1.459	2.024	1.944
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	1.459	1.379
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	565	-	565
Total	3.438	11.285	1.459	(6)

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos; **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período. **c) Determinação do valor justo:** Para fins de gestão, as aplicações financeiras da Companhia são realizadas e registradas por meio de fundos de investimentos exclusivos, cujas cotas são valorizadas diariamente, e disponibilizadas pelas Administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos, que compõem a carteira desses fundos de investimentos, tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. **d) Movimentação das aplicações financeiras:**

	2022		2021	
	Fundo de investimentos (*)	Total	Fundo de investimentos (*)	Total
Total	11.683	4.421	(1.472)	1.544
Total	11.683	4.421	(1.472)	1.544

Fundos de investimentos (*)

	2022		2021	
	Resgates	Rendimentos	Resgates	Rendimentos
Total	6.779	4.390	(2.270)	784
Total	6.779	4.390	(2.270)	784

(*) Devido a participação da Companhia no fundo de investimento próprio que o GRUPO possui em sua carteira de ativos financeiros, para fins de divulgação da movimentação a Companhia não segregou por classificação de ativos.

6. OUTROS CRÉDITOS

	2022	2021
Dividendos a receber	1.332	746
Outros créditos diversos	726	715
Total	2.058	1.461

7. INVESTIMENTOS

A Companhia possui participações em duas sociedades por conta de participação, como sócia participante. Estes são avaliados por equivalência patrimonial, não estando demonstrados de forma consolidada nestas demonstrações financeiras. As participações e resultados destes investimentos estão a seguir demonstrados:

	2022			2021		
	Carteira Aportada	Carteira Nova	Total	Carteira Aportada	Carteira Nova	Total
Porcentagem de participação	78,7%	50%		78,7%	50%	
Ativo circulante	1.171	12.238	13.409	-	35	35
Passivo circulante	(175)	(1.273)	(1.448)	-	(986)	(986)
Passivo não circulante	(966)	-	(966)	-	-	-
Ativos líquidos (100%)	10	11.000	11.010	10	11.000	11.010
Participação da Companhia nos grupos de ativos	8	5.500	5.508	8	5.500	5.508
Receita líquida com taxas de administração	4.896	24.047	28.943	-	-	-
Custos operacionais	-	(16.828)	(16.828)	-	-	-

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Resultado de equivalência em investimentos de controladas	12a	6.542	6.292
Outras receitas e despesas operacionais		178	(9)
Resultado operacional		6.720	6.283
Despesa com pessoal	12b	(1.127)	(1.037)
Serviços de terceiros	12c	(747)	(283)
Outras despesas administrativas	12d	(384)	(622)
Despesa com tributos		(93)	(39)
Outras receitas não operacionais		211	23
Resultado financeiro	12e	1.552	

* continuação

MAC Investimentos S.A. - CNPJ nº 17.249.375/0001-92

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

12. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	2022		2021		2022		2021		2022				2021			
	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
a) Resultado em sociedades em conta prestação	-6.542	6.292														
Equivalência patrimonial - SCP MAPFRE aportada	3.448	3.938														
Equivalência patrimonial - SCP MAPFRE nova	3.094	2.354														
b) Despesa com pessoal	(1.127)	(1.037)														
Salários	-	16														
Benefícios	-	(4)														
Despesa de compartilhamento - nota n 14	(1.127)	(1.049)														
c) Serviços de terceiros	(747)	(283)														
Despesas com serviços técnicos	(146)	(80)														
Despesa de compartilhamento - nota n 14	(600)	(198)														
Despesas com demais serviços	(1)	(5)														
d) Outras despesas administrativas	(384)	(622)														
Despesas com publicações	(14)	(71)														
Despesa de compartilhamento - nota n 14	(345)	(439)														
Depreciações e amortizações	(3)	(5)														
Outras despesas	(22)	(107)														
e) Resultado financeiro	1.522	784														
Receita financeira	1.544	783														
Outras receitas financeiras	8	1														
13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL																
a) Despesas de imposto de renda e contribuição social																
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social												
Lucro antes dos impostos	6.132	6.132	5.109	5.109												
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(1.533)	(552)	(1.277)	(460)												
Diferenças temporárias	(4)	(1)	-	-												
Diferenças permanentes	46	16	(24)	(9)												
14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS																
A Administração define como partes relacionadas com a Companhia empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:																
	2021	Constituição	Reversão	2022												
Ativos diferidos	2.296	609	(144)	2.761												
Tributos a compensar	2.296	609	(144)	2.761												
Total circulante	2.166	211	(81)	2.296												
	2020	Constituição	Reversão	2021												
Ativos diferidos	2.166	211	(81)	2.296												
Tributos a compensar	2.166	211	(81)	2.296												
Total circulante	2.166	211	(81)	2.296												
15. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS																
A Administração define como partes relacionadas com a Companhia empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:																
	2022	2021	2022	2021												
Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo
MAPFRE Assistência Ltda. (1)	Empresaligada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	144	(16)			
MAPFRE Brasil Participações S.A. (1)	Empresaligada	-	25	(25)	-	13	6	(83)								
MAPFRE Capitalização S.A. (1)	Empresaligada	3	-	(3)	-	-	-	(37)								
MAPFRE Investimentos Ltda. (1)	Empresaligada	-	-	-	-	-	-	4	(1)							
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)	Empresaligada	5	108	5	(108)	3	159	266	(1.847)							
MAPFRE Previdência S.A. (1)	Empresaligada	-	5	(5)	-	2	-	(33)								
MAPFRE Vida S.A. (1)	Empresaligada	-	15	(15)	-	3	-	(26)								
Protensag Corretora de Seguros Ltda. (1)	Empresaligada	-	-	-	-	-	-	(1)								
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundo Ltda. (1)	Empresaligada	10	-	-	10	-	5	-	(62)							
Total	15	156	5	(146)	3	182	420	(2.106)								
1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada empresa, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Brasil Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing; e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE.																

DIRETORIA

FERNANDO PEREZ-SERRABONA GARCIA

SIDNEY RODRIGUES

IVAN PARASKEVOPOULOS SILVA

CONTADORA

TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0



COM SEU
CARRO, VOCÊ
TRABALHA
GANHA
DINHEIRO
PRA GASTAR
COM SEU PET.

É CLARO QUE
ISSO IMPORTA
PRA VOCÊ.

Seguro **MAPFRE Auto**.
Além de guincho ilimitado
e carro reserva,
você tem cobertura
nacional e no Mercosul.



MAPFRE

Cuidamos do que é importante para você

Fale com seu **CORRETOR**.

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-98. Produto Automóvel, ramo 31 - Processo Susep nº 15.414.100326/2004-83. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF-V) - Processo Susep nº 15.414.900139/2016-91. A Ouvidoria poderá ser acionada para atuar na defesa dos direitos dos consumidores, esclarecendo e/ou solucionando demandas já tratadas pelos canais de atendimento habituais. A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da Susep. O segurado pode consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no site www.susep.gov.br. O não pagamento do prêmio pode gerar o cancelamento do seguro. Este seguro é por prazo determinado, tendo a seguradora a facilidade de não renovar a apólice na data do vencimento, sem devolução dos prêmios pagos, nos termos da apólice. Este material contém um resumo das condições gerais aplicáveis ao seguro; restrições se aplicam a ele. Consulte a íntegra das Condições Gerais do seguro e seu Manual de Assistência no site www.mapfre.com.br

MAPFRE Investimentos e Participações S.A.

CNPJ: 12.865.557/0001-74



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras, referentes à MAPFRE Investimentos e Participações S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo os Pronunciamentos Contábeis - CPC em consonância às práticas contábeis prescritas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.
Resultado do exercício
Em 2022, a MAPFRE Investimentos e Participações S.A. apresentou um lucro de R\$ 24,2 milhões, obtidos substancialmente de equivalência patrimonial de suas controladas.
Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos
Os acionistas da MAPFRE Capitalização S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.
O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições de dividendos previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem

operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.
A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes.
Para 2022, será distribuído o valor de R\$ 5,8 milhões à sua controladora MAPFRE Brasil Participações S.A.
Sustentabilidade
Em 2022, a MAPFRE traçou sua Estratégia Global de Sustentabilidade, que resultou no Plano de Sustentabilidade 22-24, que define o seu posicionamento estratégico e os seus principais projetos e iniciativas em relação às questões ASG (ambientais, sociais e de governança) e de negócios para os próximos anos.
O Plano contempla os compromissos globais de sustentabilidade assumidos pela Companhia, com foco nos grandes desafios enfrentados atualmente pelo mundo: as mudanças climáticas, a necessidade de uma economia mais circular, a inclusão, a educação financeira e de seguros, o envelhecimento da sociedade, os negócios e demandas sociais e os desafios de um portfólio de produtos e serviços cada vez mais sustentável, em linha com as oportunidades e ameaças de um cenário socioeconômico e climático em plena transformação.

FUNDACIÓN MAPFRE
Por meio da *Fundación* MAPFRE, uma instituição sem fins lucrativos, a MAPFRE contribui para o desenvolvimento da sociedade com a realização de iniciativas nas áreas de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguro e Previdência Social, Cultura e Ação Social.
Em 2022, os programas promovidos para melhorar as condições de vida de grupos desfavorecidos, reduzir os acidentes de trânsito, disseminar o acesso à informação, à prevenção, à inovação e à pesquisa, ampliando a diversidade cultural da sociedade beneficiaram mais de 11,3 milhões de pessoas, sendo 7 milhões de beneficiários *on-line* e 4,3 milhões de beneficiários presenciais.
Agradecimentos
Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros a confiança em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 26 de abril de 2023.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo			
Circulante		3.273	2.651	Circulante		5.771	5.719
Disponibilidades		1	1	Outras obrigações		5.771	5.719
Aplicações	5	2.882	2.297	Sociais e estatutárias		5.769	5.718
Outros créditos		390	353	Fiscais e previdenciárias		2	1
Créditos tributários e previdenciários		378	348	Patrimônio líquido	8	78.300	76.214
Outros créditos a receber	6	12	5	Capital social		45.471	45.471
Não circulante		80.798	79.282	Reservas de lucros		32.829	30.743
Aplicações	5	412	1.273				
Investimentos		80.386	78.009				
Participações societárias	7	80.391	78.009				
Total do ativo		84.071	81.933	Total do passivo		84.071	81.933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros e investimentos	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	45.471	836	11.906	-	58.213
Resultado do exercício	-	-	-	23.608	23.608
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(5.607)	(5.607)
Reserva de lucros	-	1.180	16.821	(18.001)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	45.471	2.016	28.727	-	76.214
Resultado do exercício	-	-	(16.393)	-	(16.393)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	24.236	24.236
Reserva de lucros	-	1.212	17.267	(18.479)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.471	3.228	29.601	-	78.300

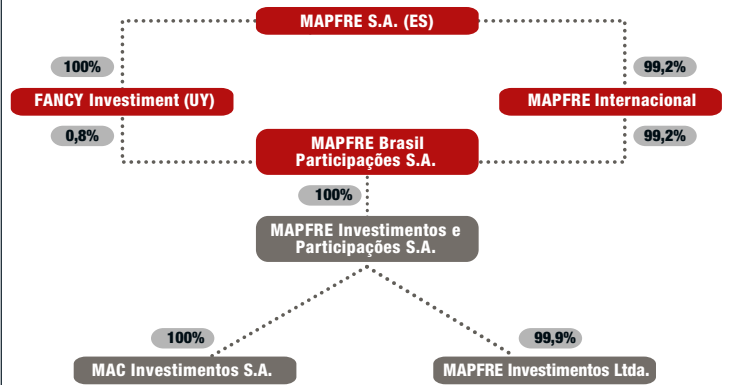
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Investimentos e Participações S.A. (doravante denominada por "Companhia"), tem como objeto social a participação em sociedades. A Companhia foi constituída em 25 de outubro de 2010, iniciando suas operações em 5 de novembro de 2010. O endereço registrado da Companhia é Avenida das Nações Unidas, n. 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ nº 12.865.557/0001-74. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critério estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2022, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base para preparação: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas com a observância das disposições da Lei das Sociedades por Ações em consonância com as normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. A MAPFRE Investimentos e Participações S.A. está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: i. Não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; ii. A MAPFRE Investimentos e Participações S.A. não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; iii. A MAPFRE Investimentos e Participações S.A. não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou outro órgão regulador; e iv. A controladora intermediária da MAPFRE Investimentos e Participações S.A., que é a MAPFRE Brasil Participações S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho da Administração em 26 de abril de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Continuidade:** A Administração considera que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras individuais incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pela Companhia, como a mensuração de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, valorização de determinados instrumentos financeiros, avaliação do valor de recuperação de ativos e vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras individuais, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais. **a) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i. **Disponibilidades:** Incluem caixa e saldos em conta movimento com risco insignificante de mudança de seu valor justo. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo. ii. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. iii. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. iv. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. v. **Determinação do valor justo:** Os valores justos são apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 5c. vi. **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados na rubrica "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução do valor recuperável. **b) Redução ao valor recuperável dos ativos:** i. **Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável, previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. ii. **Ativos não financeiros:** Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **c) Investimentos:** Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais. Outros investimentos são avaliados pelo custo histórico de aquisição. **d) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é constituída baseada em um histórico de eventos ocorridos, e quando seja provável que um recurso econômico venha ser exigido para liquidar uma obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, quanto às probabilidades de perdas. São provisionadas quando a probabilidade de perda for avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **e) Receitas e despesas:**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e consideram, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de provável realização. **f) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de crédito; e • Risco de liquidez. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" - VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes Órgãos de Governança: • **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no País, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente. • **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolve e executa, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da MAPFRE S.A. • **Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as companhias da MAPFRE Brasil no que diz respeito aos investimentos dos seus ativos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessorá-la no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; e • **Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros, como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, é realizado tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. **Gerenciamento do risco de crédito:** Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do mesmo grupo econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política e submete aos Comitês competentes, periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, sendo considerado um *rating* bem avaliado como AAA (risco soberano brasileiro).

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2022	2021
Resultado de equivalência patrimonial em controladas	7	24.355	23.704
Resultado operacional		(119)	(66)
Despesas administrativas	9b	(513)	(383)
Despesas com tributos	9c	(29)	(18)
Resultado financeiro	9a	423	305
Resultado antes dos impostos		24.236	23.608
Imposto de renda	10	-	-
Lucro líquido do exercício		24.236	23.608
Quantidades de ações		26.527.694	26.527.694
Lucro líquido por ação		0,91	0,89

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	24.236	23.608
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	24.236	23.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA E MÉTODO INDIRETO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	24.236	23.608
Ajustes para:	(24.355)	(23.704)
Equivalência patrimonial	(24.355)	(23.704)
Variação nas contas patrimoniais	141	2.857
Aplicações	278	2.877
Outros créditos	(37)	(36)
Outras obrigações	(98)	(184)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	22	2.561
Dividendos recebidos	21.978	-
Dividendos pagos	(22.000)	(2.562)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(22)	(2.562)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	-	(1)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1	2
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	1	1

As agências avaliadoras de riscos são *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's*, como demonstrado no quadro abaixo:

	2022			2021		
	AAA	AA-	Sem rating	AAA	AA-	Sem rating
Títulos de renda fixa públicos (*)	3.295	-	-	3.295	3.285	-
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	-	-	-	-	-	286
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	-	-	(1)	(1)	-	(1)
Total	3.295	-	(1)	3.294	3.285	285

(*) Inclui operações compromissadas com lastro em títulos públicos. A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, para manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. As aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez imediata. A seguir o casamento de ativos e passivos:

	2022	
	Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)
Fluxo até 1 ano	713	15
Fluxo de 1 a 5 anos	2.298	-
Fluxo acima de 5 anos	280	-
Total	3.291	15

(*) O fluxo de ativos considera as disponibilidades, aplicações e outros créditos a receber.

As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais, aquelas classificadas na categoria valor justo por meio do resultado, podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

(**) O fluxo de passivos considera outras obrigações.

5. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos.

	Vencimento		Ativos		Total	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Valor contábil	Valor de curva	Ajuste ao valor justo	%
Títulos			(D)	(E = A + B + C + D)	(F - G)	(H)
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado						
Fundos de investimentos						
Depósitos com prazos com garantia especial - DPGE	1	-	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	191	2.298	2.489	2.489	86%
Operações compromissadas (*)	2	394	-	394	394	14%
Caixa/contas a pagar/receber						

* continuação

MAPFRE Investimentos e Participações S.A. - CNPJ 12.865.557/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

	2022				2021				Vera Cruz Consultoria Técnica e Administrações de Fundos Ltda. (1)	2022				2021			
	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa		Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
MAPFRE Brasil Participações S.A. (1)	3	-	8	(100)	-	22	16	(156)	Coligada	-	-	(1)	-	-	-	6	(2)
MAPFRE Capitalização S.A. (1)	-	-	-	(8)	-	-	-	(1)	Total	3	9	58	(536)	5	57	62	(585)
MAPFRE Investimentos Ltda. (1)	-	-	-	(4)	-	1	-	(3)	(1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada empresa, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Brasil Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de:								
MAPFRE Previdência S.A. (1)	-	-	-	-	-	-	-	(8)	a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing; e g) corporativo, percentuais estes								
MAPFRE Saúde Ltda. (1)	-	-	-	(9)	-	-	-	(1)	definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE.								
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)	-	5	27	(357)	5	31	39	(365)									
MAPFRE Vida S.A. (1)	-	4	23	(57)	-	2	1	(29)									

DIRETORIA

FERNANDO PEREZ-SERRABONA GARCIA

SIDNEY RODRIGUES

IVAN PARASKEVOPOULOS SILVA

CONTADORA

TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0



**SER ~~MODELO~~
HERÓI DOS
SEUS FILHOS.**

**É CLARO QUE
ISSO IMPORTA
PRA VOCÊ.**

Seguro **MAPFRE Vida**.
Um seguro completo com
consultas por telemedicina
e outros benefícios para
serem aproveitados em vida.

**MAPFRE**

Cuidamos do que é importante para você

Fale com seu CORRETOR.

Seguro MAPFRE Vida Você Multiflex, um produto MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38. Processos Susep: Vida Individual Apólice nº 15414.630594/2019-10 e Vida Individual Bilhete nº 15414.634203/2019-28. Sorteio vinculado a título de capitalização emitido pela MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00 e Processo Susep nº 15414.900857/2019-55. A Ouvidoria poderá ser acionada para atuar na defesa dos direitos dos consumidores, esclarecendo e/ou solucionando demandas já tratadas pelos canais de atendimento habituais. A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da Susep. Telefone gratuito de atendimento ao público: 0800-021-8484, de segunda a sexta-feira, das 9h30h às 17h (exceto feriados). O segurado poderá consultar a situação cadastral de seu corretor de seguros no site www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na Susep, nome completo, CNPJ ou CPF. Plataforma digital oficial para registro de reclamações dos consumidores: www.consumidor.gov.br. As condições contratuais e o manual de assistência do seguro estão disponíveis para consulta na íntegra no site www.mapfre.com.br. Se contratados, os serviços de assistência serão prestados pela MAPFRE Assistência Ltda. (CNPJ nº 68.181.221/0001-47) e por prestadores por ela contratados e designados. Serviço TEM Saúde: administrado por TEM ADMINISTRADORA DE CARTÕES S.A. ("TEM") - CNPJ 09.216.007/0001-10.



**UMA
SEGURADORA
QUE SE
PREOCUPA
COM O
FUTURO.**

**É CLARO QUE
ISSO IMPORTA
PRA VOCÊ.**

Até 2024, a **MAPFRE Brasil** será neutra em carbono, diminuindo seu impacto no meio ambiente.

 **MAPFRE**

*A parte
que nos toca*
